

## Quadro integrado de classificação da segurança alimentar



Guia do usuário

Versão 1.0



Projeto de Quadro Integrado de Classificação da Segurança Alimentar (IPC) na Região da África Central e Oriental

# Quadro integrado de classificação da segurança alimentar



## Guia do usuário Versão 1.0

Preparado pelo Projeto IPC na Região da África Central e Oriental

Atualizações deste manual estão disponíveis em: [www.ipcinfo.org](http://www.ipcinfo.org)

### Funding Agencies:



European Union

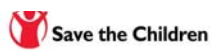
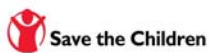


Department for International Development



Canadian International  
Development Agency

### IPC Global Partners are:



---

Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. Nairobi. Outubro de 2008

## **Prefácio**

Este Guia do Usuário visa a proporcionar orientação passo a passo para uso da ferramenta IPC num contexto nacional típico. Embora possa ser usado como documento separado, é melhor usá-lo como complemento prático do Manual Técnico.

O IPC é uma ferramenta relativamente nova e sua aplicação é flexível. Em particular, com seu uso fora do contexto da Somália, e o envolvimento de mais parceiros, há muitas áreas em que a ferramenta está sendo desenvolvida e aperfeiçoada. Naturalmente, isso levou a muitos debates interessantes e construtivos sobre diferentes aspectos do IPC. Esta versão do Guia assinala as áreas que estão sendo debatidas atualmente – principalmente como notas de rodapé – e será atualizada na medida das necessidades para refletir as mudanças que ocorrerem. Portanto, deve ser considerado como um documento vivo e não como uma referência estática. Ao passo que as mudanças sejam inevitáveis e positivas, o guia foi recebido muito bem durante testes iniciais em seminários e treinamentos, e com os insumos desses eventos e de outros parceiros esta primeira versão é considerada uma contribuição útil para aplicação prática do IPC.

O Guia é um produto do Projeto Regional IPC da FAO (OSRO/RAF/709/CAN, OSRO/RAF/711/UK e OSRO/RAF/712/EC), que visava cinco países na África Oriental e Central durante 2007/8 – Quênia, Burundi, Uganda, Tanzânia e República Democrática do Congo – com o objetivo de introduzir a ferramenta e aprender com a experiência.

A FAO agradece aos doadores do projeto: Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), Departamento de Desenvolvimento Internacional (DFID) do Reino Unido e Escritório Humanitário da Comissão Europeia (ECHO).

## **Agradecimentos**

O principal autor do Guia do Usuário é Calum McLean (Coordenador de treinamento regional IPC, da FAO). Um substantivo trabalho de redação e revisão foi feito por John Anderson (Consultor regional em segurança alimentar de emergência, FAO) e Jonathon Brass (Ponto focal do IPC para ONGs) e orientação geral proporcionada por Francesco del Re (Assessor em segurança alimentar de emergência, FAO). Recebemos comentários do Programa Alimentar Mundial, sede da FAO e FSAU Somália. Os autores também gostariam de agradecer aos participantes dos seminários nacionais de análise IPC em Uganda e Quênia, eventos de treinamento dos treinadores e seminário técnico regional IPC em Nairobi, pelos comentários sobre o guia e sugestões muito úteis para melhorá-lo.

## Sumário

### LISTA DE ACRÔNIMOS E GLOSSÁRIO

### INTRODUÇÃO

Preparando-se para começar: propósito do guia e relação com o manual técnico

- A. Por que o IPC?
- B. Descrição e valor agregado
- C. O que o IPC não é
- D. Componentes
  - Tabela de referência
  - Planilha de análise
  - Protocolos cartográficos
  - Tabelas demográficas

### MÓDULO 1: COLETA DE EVIDÊNCIAS

- 1.1 Objetivo do módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo
- 1.2 Elementos necessários
- 1.3 Antes de começar...
- 1.4 1º passo: Antes de inserir os dados
  - 1.4.1 Examinar os dados e perigos e decidir como a análise deve ser feita
  - 1.4.2 Orientações gerais
- 1.5 2º passo: Preencher a primeira coluna da planilha de análise: guia para cada indicador

### MÓDULO 2: CLASSIFICAÇÃO DA FASE

- 2.1 Objetivo do módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo
- 2.2 Elementos necessários
- 2.3 Antes de começar...
- 2.4 1º passo: Classificação de cada indicador
- 2.5 2º passo: Convergência de evidências e classificação geral

### MÓDULO 3: ANÁLISE DO RISCO

- 3.1 Objetivo do módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo
- 3.2 Elementos necessários
- 3.3 Antes de começar...
- 3.4 1º passo: Desenvolver uma matriz de análise do risco
- 3.5 2º passo: Prevendo o risco

### MÓDULO 4: O JOGO DOS NÚMEROS: ESTIMAR A POPULAÇÃO EM CADA FASE

- 4.1 Objetivo do módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo
- 4.2 Elementos necessários
- 4.3 Antes de começar...
- 4.4 1º passo: Estimar a população em cada fase
- 4.5 2º passo: Validação e revisão pelos pares

### MÓDULO 5: ANÁLISE DO IMPACTO E O QUE FAZER COM ELA

- 5.1 Objetivo do módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo
- 5.2 Elementos necessários
- 5.3 Antes de começar...
- 5.4 1º passo: preencher a parte 2 da planilha
- 5.5 2º passo: preencher a parte 3 da planilha

## MÓDULO 6: PREPARAÇÃO DO MAPA – INFORMAÇÃO PARA O TÉCNICO EM GIS

- 6.1 Objetivo do módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo
- 6.2 Elementos necessários
- 6.3 Antes de começar ...
- 6.4 1º passo: classificação da fase de toda a análise espacial (ZS; zonas administrativas, etc.) junto com a análise do risco
- 6.5 2º passo: Elaborar boxes de legenda para as fases de emergência (3-5) ou outras fases que você quer destacar (incluindo estimativas de população e gráfico de barras)
- 6.6 3º passo: Preparar um bom título para o mapa incluindo o período de validade

## MÓDULO 7: COMO SABER SE VOCÊ ACERTOU? REVISÃO PELOS PARES

- 7.1 Objetivo do módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo
- 7.2 Elementos necessários
- 7.3 Descrição geral
- 7.4 1º passo: Revisão da classificação da fase para diferentes áreas ou ZS em seu país (ou parte do país)
- 7.5 2º passo: Finalizar revisões e preparar o mapa final e declarações

## MÓDULO 8: COMO ESTABELEECER UM IPC EM SEU PAÍS

- 8.1 Objetivo do módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo
- 8.2 Elementos necessários
- 8.3 Antes de começar...
- 8.4 1º passo: Um lugar para o IPC – considerações institucionais
  - 8.4.1 Encontrar um lugar para o IPC: mapeamento institucional
  - 8.4.2 Conseguir aceitação e adesão: conscientização, importância da liderança e apropriação pelo governo nacional
  - 8.4.3 Reunir as pessoas certas
- 8.5 2º passo: Aprender utilizando o IPC em seu país com seus dados
  - 8.5.1 Uso do IPC como parte dos processos de avaliação e análise
  - 8.5.2 Aprender com o processo
  - 8.5.3 Questões de dados: mapeamento e meta-análise de dados
- 8.6 3º passo: Fortalecimento da capacidade e descentralização
  - 8.6.1 Formar uma equipe nacional IPC
  - 8.6.2 Treinamento dos treinadores
  - 8.6.3 Questões de descentralização

Anexo 1: Tipos e fontes de dados

Anexo 2: Glossário de Termos: Inglês-Português

Anexo 3: Método da FSAU para calcular estimativas de população nas fases CAAS e EH

## LISTA DE ACRÔNIMOS E GLOSSÁRIO

a/i	altura/idade (medida antropométrica de retardo do crescimento)
ALRMP	Arid Lands Resource Management Project (Projeto de manejo de recursos das terras áridas) (Quênia)
CAAS	Crise aguda de alimentação e subsistência (Fase 3)
CAP	Consolidated appeal process (processo de apelo consolidado)
CARE	ONG Internacional, parceira global IPC
CDC	Centers for Disease Control
CE	Comissão Europeia
CFSAM	Crop and Food Supply Assessment Mission (Missão de avaliação da colheita e oferta de alimentos ) (FAO/WFP)
CFSVA	Avaliação ampla da segurança alimentar e vulnerabilidade (WFP)
CH	Crise Humanitária (Fase 4)
COF	Fórum de perspectiva climática (convocado pelo ICPAC)
DAG	Desnutrição aguda global
DAS	Desnutrição aguda severa
Deyr	estação chuvosa de outubro a dezembro na Somália
DFID	Department for International Development (Departamento de desenvolvimento internacional, do Reino Unido)
ESS	Enfoque de subsistência sustentável
FANTA	Food and Nutrition Technical Assistance (Assistência técnica em alimentação e nutrição) da USAID
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, parceira global IPC
FCH	Fome/catástrofe humanitária (Fase 5)
FEWS NET	Famine Early Warning Systems Network (rede de sistemas de alerta precoce contra a fome), parceira global IPC
FSAU	Food Security Analysis Unit (unidade de análise da segurança alimentar) – Somália
GIEWS	Global Information Early Warning System (Sistema mundial de informação e alerta precoce)
GIS	Geographic Information Systems (sistemas de informação geográfica)
Gu	estação chuvosa de março a julho na Somália
HDDS	Household Dietary Diversity Score (pontuação da diversidade alimentar das famílias)
HEA	Household Economy Approach (enfoque de economia doméstica)
HFIAS	Household Food Insecurity Access Scale (escala de insegurança alimentar das famílias)
HNTS	Health and Nutrition Tracking Service (serviço de monitoramento da saúde e nutrição)
HPG	Humanitarian Policy Group (grupo de política humanitária)
IAM/L	Insegurança alimentar moderada/limitada (Fase 2)
IASC	UN Inter-agency Standing Committee (Comitê permanente interinstitucional da ONU)
ICPAC	IGAD Climate Prediction and Application Centre (Centro de previsão e aplicação climática do IGAD)
ICRC	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
IDA	Índice de diversidade alimentar
IEA	Índice de estratégias de adaptação
IPC	Quadro integrado de classificação da segurança alimentar
Kcal	quilocalorias
LEWS	Livestock Early Warning System (sistema de alerta precoce da pecuária)
LRRD	Linking Relief, Recovery, and Development (elos entre socorro, recuperação e desenvolvimento)
MLP	média de longo prazo
MPG	média pós-guerra (usada na Somália como média recente da produção agrícola, etc.)
NAF	needs assessment framework (quadro de análise das necessidades)
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não governamental
OXFAM (GB)	ONG internacional e parceira global IPC
p/a	peso/altura (medida antropométrica de desnutrição aguda)
PAM	Programa Alimentar Mundial das Nações Unidas
PDI	peças deslocadas internamente
PDS	Pesquisas demográficas e de saúde

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAG	Segurança alimentar geral (Fase 1)
SCN - UN	Comitê sobre Nutrição da ONU
SCUK	Save the Children – Reino Unido, parceira global IPC
SENAC	Strengthening Emergency Needs Assessment Capacity (fortalecimento da capacidade de avaliação de necessidades urgentes)
SMART	Standardized Monitoring and Assessment of Relief and Transitions (Monitoramento e avaliação padronizados de socorro e transições)
T	tonelada
TASA	terras áridas e semi-áridas
TBM	Taxa bruta de mortalidade
TM-5	Taxa de mortalidade de menores de 5 anos
UNAIDS	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS
UNHCR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UN-OCHA	Escritório da ONU para Questões Humanitárias
USAID	Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional
ZS	Zona de subsistência

# INTRODUÇÃO



## **INTRODUÇÃO**

### **Preparando-se para começar: propósito do guia e sua relação com o manual técnico**

Bem-vindo ao Guia do Usuário do Quadro Integrado de Classificação da Segurança Alimentar (IPC). O propósito deste guia é fornecer ao usuário uma explicação prática e detalhada sobre a implementação do IPC, um processo e um conjunto de ferramentas de orientação e comunicação da análise de segurança alimentar. O guia destina-se a técnicos de segurança alimentar que utilizam o IPC na realização de avaliações e análises de segurança alimentar e pode ser usado como leitura preparatória na sede ou como um guia de referência de campo.

O Guia do Usuário é um dos vários produtos que foram desenvolvidos para apoiar o uso do IPC, cujas versões mais recentes podem ser encontradas no site do IPC: [www.ipcinfo.org](http://www.ipcinfo.org). Dois outros produtos importantes são:

- ***O Manual técnico do Quadro Integrado de Classificação da Segurança Alimentar***, que oferece detalhada orientação técnica sobre o uso do IPC na análise de segurança alimentar. Este manual examina a justificativa para o desenvolvimento do IPC, a lógica analítica e os detalhes dos diferentes indicadores e instrumentos que constituem a base para a análise IPC. O Manual Técnico deve ser considerado como a fonte primordial de informação sobre o IPC e será objeto de numerosas referências neste Guia do Usuário.
- ***Cursos de treinamento e apresentações do IPC***, que incluem módulos de aprendizado à distância e cursos ministrados pessoalmente por um instrutor. Esses cursos também apresentam a justificativa para o desenvolvimento do IPC, sua lógica analítica e os detalhes dos seus diferentes indicadores e ferramentas, mas incluem exercícios e perguntas aos usuários, já que se destinam a educar pessoal técnico sobre o IPC. Os cursos servem de treinamento preparatório para que os técnicos comecem a usar o IPC.

O Guia do Usuário complementa estes outros produtos, conduzindo os usuários passo a passo através do processo de implementação do IPC no campo. O melhor seria que os usuários já tivessem concluído um curso de treinamento em IPC e dispusessem do Manual Técnico do IPC para fins de referência ao usarem este Guia. Mas, mesmo por si só, o Guia do Usuário será um valioso instrumento para os técnicos em segurança alimentar, para simplificar a realização de uma análise IPC.

Este guia divide-se em duas partes: a presente **seção introdutória**, que inclui as subseções “antes de iniciar” e “Panorama do IPC”, e **oito módulos**, que avançam passo a passo no processo de análise IPC. O panorama introdutório do IPC inclui as subseções “Por que o IPC?”, “Descrição do IPC e valor agregado” e “O que o IPC não é”, bem como uma descrição básica dos quatro componentes principais do IPC (a tabela de referência, as planilhas de análise, os protocolos cartográficos e as tabelas demográficas). Após esta breve visão geral, apresentam-se os módulos para uma análise IPC: *Módulo 1: Coleta de evidências; Módulo 2: classificação das fases; Módulo 3: análise do risco; Módulo 4: jogo dos números: estimativa da população em cada fase; Módulo 5: análise do impacto e o que fazer com ela; Módulo 6: elaboração do mapa: informação para o técnico em GIS; Módulo 7: como saber se você acertou: revisão pelos pares; Módulo 8: como estabelecer o IPC em seu país.*

O propósito fundamental deste guia é facilitar o uso do IPC para técnicos de segurança alimentar. Sendo assim, o guia será atualizado regularmente, com base nos comentários dos usuários. Envie quaisquer comentários ou sugestões para melhoria do guia ao seguinte endereço: [contact@ipcinfo.org](mailto:contact@ipcinfo.org).

## A. Por que o IPC?

Na comunidade da segurança alimentar, há uma falta de clareza e definições comuns em matéria de classificação de diferentes situações de segurança alimentar em termos de variação de severidade e implicações para ação. Esta falta de clareza é problemática pelas seguintes razões:

- O modo pelo qual é classificada uma situação determina não só o tipo de resposta, mas também a fonte de fundos, a escala, o cronograma de planejamento e os papéis organizacionais dos diferentes atores.
- Sem normas comumente aceitas para classificar a natureza e a severidade de situações de segurança alimentar, o formato e o foco das intervenções podem ficar expostos a tendências pessoais e de governos, instituições e doadores.

Estes problemas podem levar a imprecisões ou a erros grosseiros na destinação de escassos recursos e, na pior hipótese, a perdas de vidas.

Em consequência, têm surgido apelos cada vez mais fortes em prol da melhoria da análise na esfera geral da segurança alimentar, incluindo:

- maior comparabilidade de resultados entre um lugar e outro;
- mais rigor;
- mais transparência das evidências de apoio a conclusões;
- maior relevância para as decisões estratégicas;
- vínculos mais fortes entre informação e ação.

A melhoria da análise nesses moldes fará com que as intervenções de segurança alimentar sejam mais baseadas em necessidades, estratégicas e oportunas; além disso, existe urgente necessidade prática e operacional de um sistema de classificação de segurança alimentar que seja amplamente aceito pela ampla gama de atores. Em poucas palavras: *Nós, da comunidade da segurança alimentar, precisamos de uma moeda corrente (linguagem e procedimentos analíticos) para descrever a natureza e a severidade das situações de segurança alimentar.*

## B. Descrição e valor agregado

O IPC destina-se a preencher essa lacuna crucial na análise de segurança alimentar. Para tanto, oferece um sistema comum de classificação (uma “moeda corrente”) que aproveita as qualidades de sistemas de classificação existentes e os integra com ferramentas de apoio à análise e à comunicação.

Especificamente, o IPC é um meio para classificar diferentes fases de situações de segurança alimentar correntes, com base em resultados em termos de vida e subsistência humana. O IPC inclui cinco níveis de segurança alimentar (as chamadas “fases”): *segurança alimentar geral, insegurança alimentar moderada/limitada, crise aguda de alimentação e subsistência, emergência humanitária e fome/catástrofe humanitária*. O IPC também considera o risco de que as condições se deteriore (o chamado “risco de agravamento”), incluindo três níveis: *vigilância, risco moderado e alto risco*.

O enfoque do IPC consiste em compilar toda informação disponível sobre segurança alimentar (ou “evidências”), desde números de produção até preços dos animais, insegurança civil e índices de nutrição, para preparar uma declaração de classificação de fase e/ou de risco de agravamento. O IPC depende de múltiplos métodos e fontes de dados e, na verdade, os estimula. A seguir, proporciona uma “convergência de evidência” e um conjunto de ferramentas para chegar a uma análise “em grande escala”, ou meta-análise, da situação geral de segurança alimentar. Os resultados do processo são vários instrumentos de comunicação – de modo específico, um mapa e tabelas demográficas – que transmitem as mensagens principais sobre a severidade e a magnitude da insegurança alimentar.

Em suas análises e comunicações, o IPC focaliza a **análise de situação**, que é uma fase distinta, mas muitas vezes desconsiderada ou subentendida no processo de análise, planejamento e resposta, aqui demonstrada com o “continuum análise-resposta” (Figura B.1).

Ao concentrar o foco na análise da situação, os aspectos principais do processo analítico do IPC incluem:

- *Severidade da situação*: qual é o seu grau de severidade em termos de impacto sobre vidas humanas e subsistência?
- *Extensão geográfica*: qual é a área geográfica aproximada em situação de crise? Pode a crise envolver áreas de subsistência, fronteiras administrativas, zonas agroecológicas, etc.?
- *Magnitude*: qual é o número estimado de pessoas submetidas a diferentes níveis de insegurança alimentar?
- *Causas imediatas*: quais são as causas diretas da crise?
- *Causas subjacentes*: quais são as causas subjacentes da crise?
- *Identificação de necessidades gerais*: quais são as necessidades humanas básicas e os aspectos dos sistemas de subsistência que requerem apoio?
- *Distinção de situações transitórias ou crônicas*: a natureza subjacente de uma crise aguda é, em geral, a segurança alimentar ou uma insegurança alimentar crônica?
- *Crterios de focalização social*: quais são os critérios principais para focalizar intervenções?
- *Tendência projetada*: as condições na área deverão melhorar, piorar ou permanecer inalteradas no futuro previsível?
- *Nível de confiança da análise*: qual é o grau de confiança dos analistas nos resultados de suas análises, com base na estimativa de confiabilidade da evidência disponível?

O IPC proporciona vinculações sólidas com a análise da resposta. Contudo, a análise de resposta é mantida como fase analítica separada, a fim de assegurar maior neutralidade técnica da análise. Discussões sobre opções de resposta podem ser influenciadas pelas agendas de diferentes grupos e organizações, e o IPC isola a análise de situação de tais influências para mantê-la tecnicamente neutra até onde for possível.

Além dos mapas e tabelas demográficas que são produzidas para comunicar os resultados da análise de segurança alimentar, o processo de realização de uma análise IPC é, em si, igualmente importante para a correta aplicação das ferramentas técnicas. A Figura B.2 ilustra o processo geral incluindo os seis passos principais do IPC.

Os módulos apresentados neste Guia do Usuário cobrem esses passos, mas estão em ordem diferente, com base nas necessidades da maioria dos usuários. O *Módulo 1*, que abrange o 3º passo, é o provável ponto de partida para a maioria dos usuários. Os Módulos 2 a 6 abrangem as diferentes dimensões do 4º passo, e o Módulo 7 corresponde ao 5º passo. Para países em

que o IPC recém está começando, o Módulo 8 percorre o processo de estabelecimento de um grupo técnico de trabalho e familiarização dos analistas com conceitos e práticas (1º e 2º passo). O sexto passo – comunicação de resultados às autoridades e ao público – segue-se à conclusão do processo analítico do IPC e não está coberto por este Guia.

Estes passos são o núcleo do processo IPC. Ao segui-los, os usuários podem beneficiar-se do **valor agregado do IPC**, que inclui:

- *Comparabilidade no espaço*: o IPC utiliza critérios comumente adotados, o que possibilita a comparação da severidade de situações entre um lugar e outro. Podem então os dirigentes orientar recursos para as pessoas mais necessitadas.
- *Comparabilidade no tempo*: os critérios comuns do IPC também possibilitam comparação cronológica, em termos de agravamento ou melhoria de uma situação. Podem assim os dirigentes intensificar, reduzir ou mudar o foco estratégico da resposta, bem com identificar critérios de êxito.
- *Transparência e responsabilidade*: os analistas devem ser totalmente transparentes no modo de extrair conclusões e os dirigentes devem exigir evidências em apoio a conclusões. O processo IPC adota uma abordagem baseada em evidências que vincula critérios de referência específicos à classificação da fase. Isto proporciona uma justificação transparente das conclusões analíticas e impõe uma prestação de contas aos responsáveis pela análise.
- *Um claro alerta precoce*: os dirigentes precisam conhecer o futuro potencial de severidade, a probabilidade e a cronologia de uma crise pendente. Ao proporcionar uma compreensão comum para a descrição de crises, o IPC possibilita que as mensagens de alerta precoce sejam claras e comparáveis e facilitem a ação.
- *Uma resposta mais estratégica*: dependendo do nível específico de severidade de determinada situação de segurança alimentar ou humanitária, há necessidade de ênfases fundamentalmente distintas na resposta estratégica. A especificidade, a clareza e a comparabilidade proporcionadas pelo IPC habilitam os dirigentes a formular uma resposta estratégica à insegurança alimentar.

### **C. O que o IPC não é**

Ademais de explicar o que é o IPC, também é importante salientar o que o IPC não é. Antes de mais nada, o IPC não é uma panacéia para todos os desafios que existem na análise de segurança alimentar. Existem numerosos desafios, inclusive em matéria de coleta de dados, análises de subsistência, interpretação de sinais de alerta precoce e ainda outros. O IPC facilita e apoia um aspecto da análise de segurança alimentar – a análise de situação – embora este aspecto seja abrangente. De fato, o IPC pode servir de muitas maneiras como “janela” para a abordagem dos numerosos outros desafios associados à segurança alimentar, e é de esperar que atraia a atenção para os mesmos e conduza a um compromisso mais firme com a elaboração de soluções viáveis.

Mais especificamente, **o IPC não é**:

- *Uma metodologia*. O IPC vale-se de numerosos métodos e fontes de dados para analisar a situação. Métodos e dados podem ser quantitativos e qualitativos e provir de avaliações

de campo, imagens de satélite e outros dados secundários. O IPC estimula múltiplos métodos de compilação e exame de informação; quanto mais numerosos os métodos e fontes de dados, tanto maior será a capacidade de triangulação e a probabilidade de realizar um análise correta.

- *Um sistema de informação.* O IPC foi elaborado para ser adaptável a uma ampla variedade de sistemas de informação e abordagens analíticas. Na maioria dos países que passam por insegurança alimentar crônica ou crises humanitárias recorrentes existe algum tipo de sistema de informação. O IPC foi elaborado para aproveitar sistemas de informação existentes em qualquer país, e ajudar a fazer o uso mais rigoroso, consistente e significativo dos dados e da análise. Como tal, o IPC pode ser igualmente aplicável em contextos de “riqueza” e “pobreza” dos dados.
- *Uma análise da resposta.* O IPC focaliza a análise da situação. Também oferece vínculos para a análise da resposta, mas não conduz por si só esta etapa. Limitando-se à análise da situação, o IPC pode permanecer tecnicamente neutro e evitar tendenciosidades baseadas em interesses específicos de governos, entidades e doadores por uma ou outra resposta.

O IPC também não é considerado um produto final. Por ter sido desenvolvido e implementado em novos países, introduziram-se diversos melhoramentos e esclarecimentos. Embora o IPC já seja útil na sua forma atual, espera-se que sejam feitos novos refinamentos à medida que o IPC transitar por novos contextos de segurança alimentar e subsistência. Em vez de esperar pelo instrumento perfeito para melhorar a nossa análise, a abordagem de aplicação do IPC consiste em “aprender fazendo”. Assim, como neste Guia do Usuário, quaisquer insumos e comentários serão bem recebidos.

#### **D. Componentes do IPC**

As seções anteriores ofereceram um panorama do propósito geral, do foco e do valor agregado do IPC. Também existem quatro “componentes” principais específicos do IPC: a tabela de referência, as planilhas de análise os protocolos cartográficos e as tabelas demográficas. Todos servem como um conjunto de ferramentas que são integradas no processo IPC para possibilitar a análise e a comunicação dos resultados. Estes componentes principais serão mencionados inúmeras vezes nos módulos no restante deste Guia; a presente seção oferece uma visão inicial dos componentes e sua relação com o processo geral do IPC.

A **tabela de referência** oferece a estrutura abrangente para a análise IPC. Como sugere o seu nome, serve puramente de referência: dota os usuários de uma visão rápida, mas completa, das diferentes fases da insegurança alimentar e sua relação com os indicadores principais e as opções de resposta estratégica. Não é necessário que os usuários preencham a tabela, mas esta servirá como recurso essencial ao longo de todo o processo. Neste Guia do Usuário, a tabela de referência é mencionada pela primeira vez já ao início do *Módulo 1: coleta de evidências*.

Especificamente, a tabela de referência define as cinco fases da classificação de segurança alimentar (da segurança alimentar geral até a fome/catástrofe humanitária) pelos limites ou características dos indicadores principais (denominados “principais resultados de referência”,<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> **N.B.:** O uso de indicadores de “resultados” no IPC torna possível a padronização e a comparação de condições de segurança alimentar no tempo e no espaço. Porém, indicadores de processo são frequentemente usados para apoiar evidências mais diretas de resultados e quando indicadores de resultados não estão disponíveis.

já que focalizam, em geral, os resultados reais de condições que incidem na vida e na subsistência, como desnutrição aguda ou mortalidade).

Alguns indicadores são mais processuais e guardam relação indireta com um resultado final, como as estratégias de adaptação ou a disponibilidade e acesso a água. Isto permite que os analistas considerem a relação das evidências entre si e com a classificação de fase de uma área geográfica. As diferentes fases também estão vinculadas com o quadro estratégico de resposta. A tabela de referência oferece uma definição similar para os diferentes níveis do risco de agravamento, inclusive as diferentes probabilidades de distintos níveis de risco e os indicadores que os analistas devem procurar.

A **planilha de análise** é a ferramenta para registrar os dados de uma forma que ajude a classificação da fase. A planilha é uma tabela em branco com espaço para que os usuários anotem evidências/dados e, a seguir, os resultados principais da análise. Uma planilha será preenchida com dados para cada área geográfica que esteja sendo considerada na análise.

As planilhas estão divididas em três partes principais. A Parte 1 (*explicada nos Módulos 1, 2 e 3*) é a planilha em que se registram as evidências (alerta atual e precoce), para que se possa efetuar a classificação da fase. As partes 2 e 3 ajudam a analisar o impacto dos perigos imediatos e das causas subjacentes sobre a subsistência e a considerar possíveis opções de resposta estratégica (*explicadas no Módulo 5*).

Os próximos dois componentes do IPC são ferramentas de comunicação que podem ser usadas depois de completada a análise, para compartilhar os resultados com outras pessoas.

Uma vez preenchidas as planilhas de análise e concluída a análise de diferentes classificações de fase, a informação principal é apresentada a um especialista em GIS, que então a inclui no *software* de informação geográfica e produz o mapa IPC, que é a forma fundamental de comunicar a análise IPC. Os **protocolos geográficos** são, basicamente, uma explicação do “modo oficial” de produzir um mapa IPC. Explicam questões tais como os tipos de informação que deveriam ser incluídos no mapa e a distinção entre diferentes fases e níveis de risco. O *Módulo 6* oferece uma visão geral dos protocolos cartográficos, embora talvez seja necessário apoio adicional para as questões de GIS mais técnicas (as bases para o uso de um pacote de *softwares* GIS, diferentes formas de arquivar dados geográficos do IPC, etc.).

A segunda ferramenta de comunicação e quarto componente principal do IPC é a **tabela demográfica**. O propósito básico da tabela é simplesmente comunicar o número de pessoas que serão abrangidas em cada classificação de fase. Isto pode ser feito no nível local (isto é, quantas pessoas estariam em situação de segurança alimentar geral, insegurança alimentar moderada/limitada, etc., numa região do país), ou no nível nacional (mediante a soma do número de pessoas classificadas nas cinco fases em cada área geográfica do país). O *Módulo 4* apresenta diferentes formas de coleta e cálculo de dados populacionais deste tipo e explica como comunicar a informação por meio de uma tabela padronizada e no mapa IPC.

### **Pronto para começar...**

Agora que entende inteiramente o propósito básico, o foco e os componentes do IPC, você está pronto para iniciar uma análise IPC. Se já existir no seu país um grupo técnico de trabalho de segurança alimentar que utilize o IPC e se você estiver pronto para compilar evidências, comece o *Módulo 1: coleta de evidências*. Se estiver iniciando o IPC no seu país, o *Módulo 8*

oferecerá uma visão geral do processo e das considerações institucionais a serem levadas em conta ao aplicar o IPC pela primeira vez.

## MÓDULO 1



## **1 Módulo 1: Coleta de Evidências**

### **1.1. Objetivo do Módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo**

- **Objetivo:** orientação para preencher a planilha de análise parte 1, coluna um
- **Você poderá:**
  - Decidir a melhor unidade geográfica para basear sua análise dependendo do tipo de perigo e da forma como seus dados são agregados
  - Apresentar suas evidências na planilha de maneira clara e efetiva
  - Distinguir entre evidência direta e indireta
  - Inserir e interpretar seus dados com relação aos resultados de referência utilizados pelo IPC

### **1.2 Elementos necessários:**

- √ Seus dados
- √ Tabela de referência, com foco nas fases e nos indicadores de resultado de referência (veja página 4 do Manual Técnico)
- √ Uma planilha de análise em branco, Parte 1, com foco nas colunas 1 e 2.

### **1.3 Antes de começar**

As planilhas de análise são simplesmente uma ferramenta para permitir que você registre seus dados de forma a ajudar com a classificação de fases. As planilhas também permitem que os outros vejam suas evidências e desse modo saibam por que você decidiu por uma determinada classificação de fase. Desta forma, as planilhas servem tanto para você como analista para armazenar e mostrar seus dados como para fornecer a base para transparência e responsabilidade do IPC com a comunidade de segurança alimentar e humanitária mais ampla.

As planilhas são divididas em três partes principais. A Parte 1 (*que abordamos neste módulo e nos módulos 2 e 3*) é a planilha na qual você registra as evidências (alerta atual e precoce) que permitem fazer a classificação. A Parte 2 ajuda a analisar o impacto de perigos imediatos sobre a subsistência e leva ao desenvolvimento de opções de resposta imediata. A Parte 3 é similar, mas se concentra nas causas subjacentes, seus efeitos sobre a subsistência e oportunidades de resposta em prazo mais longo.

### **1.4 1º Passo: O que considerar antes de inserir os dados**

#### **1.4.1 Examinar os dados e perigos e decidir como a análise deve ser feita**

O primeiro passo para preencher a Parte 1 da planilha é decidir a área a ser analisada e classificada (fileira 1). Em termos gerais, é melhor selecionar áreas com base nas zonas de subsistência porque as populações tendem a ser relativamente homogêneas e a serem afetadas de maneiras similares a um perigo ou um choque. Por exemplo, os pastores podem ser afetados por uma seca de maneiras que são bastante diferentes para os agricultores sedentários: sua base de subsistência é diferente (gado ao invés de lavoura) e eles tendem a ajustar suas estratégias de subsistência de maneiras diferentes (os pastores provavelmente se movem com seu gado para um pasto disponível; agricultores podem buscar trabalho casual, por exemplo).

Tendo dito isso, áreas administrativas são frequentemente utilizadas como unidade de análise, geralmente porque os dados tendem a ser agregados por essas unidades administrativas pelos ministérios executivos do governo (e outros) e podem não estar disponíveis para zonas de subsistência. Alguns países não desenvolveram definições espaciais de zonas de subsistência.

Em muitos casos, utiliza-se uma mistura de zonas administrativas e de subsistência: por exemplo, no Quênia vários distritos são agrupados e a análise é feita pela ZS dentro de cada agrupamento; uma abordagem similar é seguida no Sudão Meridional: o estado, ou agrupamentos de 2-3 estados, é a unidade primária de análise e as ZS são analisadas dentro do agrupamento. Quando se pensa em utilizar ZS ou outra unidade, é importante considerar se a vulnerabilidade varia mais **dentro** da população de uma determinada ZS ou mais **entre** ZS, com relação ao perigo ao qual estão expostos. Por exemplo, pessoas muito pobres podem correr risco igual em várias ZS, em vez de diferentes categorias dentro de uma ZS – neste caso as pessoas pobres seriam uma melhor unidade de análise do que as ZS.

Em alguns casos, a forma como se sabe que o perigo ou choque afetou uma população determinará a forma como a análise é realizada e o número de planilhas preenchidas. Por exemplo, na violência pós-eleição de 2008 no Quênia, havia duas populações distintamente diferentes que foram afetadas de formas diferentes: as pessoas deslocadas internamente (PDI) e agricultores não deslocados que ainda estavam em suas terras, mas que foram afetados de maneiras diferentes. Neste caso, duas planilhas seriam preenchidas. Outro exemplo pode ser o impacto de enchentes sobre diferentes grupos dependendo de sua proximidade das áreas alagadas. Novamente neste caso duas planilhas provavelmente serão apropriadas: uma para os diretamente afetados pela enchente e uma para os indiretamente afetados.

Seja como for que seu país decida ou for capaz de desagregar os dados e a análise, para cada área (administrativa, zona de subsistência ou outra unidade) uma planilha separada será preenchida. Então por exemplo, no agrupamento pastoral do noroeste do Quênia (Distritos de Turkana, Marsabit, Moyale e Samburu) as ZS pastorais e agropastorais seriam analisadas por duas planilhas separadas, e o emprego formal não seria incluído (veja Figura 1.3).

#### **1.4.2 Orientações gerais**

A segunda coluna da planilha é a principal área na qual você pode registrar seus dados para análise ulterior. A maneira mais fácil de preencher essa parte da planilha é acompanhar a lista de indicador a indicador e adicionar todos os dados disponíveis que possui dentro de cada um. É importante que você inclua *todos* os dados que você tem com o maior número de detalhes.

Declarações resumidas sobre dados analisados em outra parte (como num relatório), geralmente não são consideradas evidência suficiente para fazer uma classificação ou para fins de responsabilidade. Por exemplo, a declaração “as colheitas de milho estão abaixo do normal” não nos diz muito; mas uma tabela mostrando a produção real numa área com uma média de longo prazo e diferenças entre produção real e prevista proporciona uma visão exata de um aspecto da disponibilidade de alimentos, como no exemplo do Quênia mostrado na Figura 1.4.

Onde for possível e apropriado, adicione gráficos para resumir comparações ou cronogramas para mostrar tendências nos dados, como no exemplo de Karamoja em Uganda mostrado na Figura 1.5.

Cronogramas são particularmente importantes quando variações sazonais fazem parte do comportamento normal de um indicador, como o preço de alimentos básicos que tendem a diminuir após uma colheita ou aumentar com o decorrer da estação. Um indicador que está se comportando anormalmente para a época do ano pode ser motivo de preocupação.

### ***Evidências Diretas e Indiretas***

Para ajudar com o processo de análise e classificação, é útil distinguir entre evidências diretas e indiretas. *Evidências diretas* são dados que medem diretamente o indicador de resultados de referência, e podem então ser comparados a um determinado limite. *Evidências indiretas*, por outro lado, são evidências que não medem diretamente os resultados de referência, e não podem ser comparados a um limite. Por exemplo, uma pesquisa de “peso por altura” realizada adequadamente forneceria evidência *direta* do indicador de resultados de referência da desnutrição aguda, e pode ser medida em comparação com o limite de uma determinada fase.

Tomando o exemplo de Karamoja acima, uma taxa DAG de 13,4% indicaria uma fase de Crise Aguda de Alimentação e Subsistência (10-15%) em Kotido para esse indicador, especialmente pelo fato de que aumentou de 2005 a 2006 (embora as evidências fornecida não apresentem o mês dessas pesquisas nem as variações sazonais possíveis) e está acima da média regional. Evidências *indiretas* para o mesmo indicador poderiam ser dados de centros de saúde ou centros de alimentação suplementar indicando um aumento ou queda na desnutrição aguda observada ou número de admissões no centro. Mesmo quando essas fontes incluem dados antropométricos, a evidência ainda não é direta, já que provavelmente não representa a população como um todo (como uma pesquisa realizada adequadamente o faria) e não pode ser medida em relação a um limite.

Para distinguir entre evidências diretas e indiretas, é útil colocar em **negrito** ou **colorir** a evidência direta.

#### **BOX 1**

Todas as evidências são **importantes** e devem ser inseridas na Planilha de análise. Muitas vezes as evidências diretas não estão disponíveis ou são de baixa confiabilidade. Evidências indiretas são importantes em si, e não só para apoiar ou triangular as evidências diretas. Pode-se classificar uma fase mesmo sem evidências diretas, com base unicamente na evidência indireta (veja o *Módulo 2* sobre classificação da fase).

### ***Fonte de Informação***

Para fins de transparência e também como uma indicação de confiabilidade, é importante declarar a fonte dos dados apresentados nas planilhas de análise. A data da informação também é importante, especialmente para alguns indicadores que tem uma vida útil curta.

### ***Confiabilidade***

Atualmente, esta é uma pontuação bastante subjetiva: 1 = muito confiável; 2 = um pouco confiável; e 3 = não confirmado. As *duas* coisas principais a se ter em mente são: a) a qualidade dos dados em termos de fonte; método de coleta; se são apoiados ou não por outros dados; e b) a validade dos dados, especialmente em termos de antiguidade. Esta última dependerá do indicador. Ainda não existe uma orientação fixa sobre a validade temporal de quaisquer dos indicadores. Contudo, é óbvio que uma pesquisa de nutrição (para continuar com o exemplo anterior), mesmo quando realizada adequadamente, não será muito útil se tiver sido feita há mais de seis meses, fora uma análise comparativa com dados atualizados. De fato, em áreas onde a situação nutricional muda significativamente entre as estações mesmo

em anos “normais”, a vida útil dos dados pode ser consideravelmente mais curta. No final, o julgamento acerca da confiabilidade dos dados depende dos analistas que fazem a classificação.

#### ***Disponibilidade ou indisponibilidade dos dados***

Se os dados não estão disponíveis para um indicador (seja direto ou indireto), é uma boa prática declarar que “não há dados disponíveis” em vez de simplesmente deixar o espaço em branco e, portanto, ambíguo para os outros.

#### ***Contra-evidência***

Se algumas evidências contradizem outras evidências, é aconselhável ressaltar isso junto com a confiabilidade relativa. Às vezes, a contra-evidência se refere a focos específicos de insegurança alimentar dentro de uma área mais ampla ou zona de subsistência em condições melhores (veja a Figura 1.6).

#### ***Declarações resumidas***

Em alguns casos, acumulam-se muitas evidências para um indicador, e algumas podem ser contraditórias. Um exemplo comum está no acesso e disponibilidade de alimentos: depois de passar por todas as seções deste indicador (fontes de alimentos, gastos, renda, etc.) pode não estar imediatamente claro o que a evidência está dizendo. É trabalho do analista fornecer declarações facilmente compreensíveis que sintetizem de forma precisa a evidência, deixando que outros examinem a evidência detalhadamente. Uma maneira de fazer isso consiste em adicionar uma declaração simples antes de apresentar a evidência para o indicador, como nesse exemplo da Somália (Figura 1.7).

#### ***Fontes e tipos de dados***

Qualquer ferramenta de análise da segurança alimentar se baseia em dados apropriados, de quantidade suficiente, atualizados na medida do possível e de qualidade aceitável. Não existem regras rígidas acerca da qualidade e quantidade de dados, mas está claro que, quanto melhores os dados de que dispuser, mais confiança você terá na análise da segurança alimentar e, no final, na classificação de fases utilizando o IPC. Já que o IPC, como todas as outras ferramentas similares, depende muito da qualidade dos dados, incluímos no Anexo 1 deste Guia um exemplo dos tipos de dados de que você precisaria e possíveis fontes. Trata-se de uma referência, e você não deve ficar tão pendente disto a esta altura.... mas é bom dar uma olhada antes de começar a preencher sua planilha com seus próprios dados. Embora este anexo forneça alguma orientação sobre o nível ótimo dos dados, é importante que você entenda que nenhum país terá todos esses dados disponíveis num determinado momento, e que não é necessário ter todos os dados disponíveis para fazer uma classificação (veja também o *Módulo 2* sobre confiança, 1º passo, parte 3). Já que os dados são tão importantes para a análise, também é uma boa ideia fazer um exercício de mapeamento de dados para identificar as fontes e a disponibilidade dos dados em seu país. Isso é descrito no *Módulo 8*, 2º Passo, parte b, e novamente o Anexo 1 pode ajudá-lo com esse processo.

### **1.5 2º Passo: Como preencher a primeira coluna da planilha de análise: um guia para cada indicador**

#### **A. Taxa de mortalidade**

*Evidências diretas.* A **taxa bruta de mortalidade** (TBM) é simplesmente o número de pessoas na população total que morre durante um período especificado de tempo e geralmente é expressado em **mortes/10.000/dia**. A TBM também pode ser expressada utilizando outras unidades como mortes/1.000/mês; nesse caso o intervalo de tempo é expressado em meses e 1.000 é substituído por 10.000 na fórmula. Para uso no IPC, *todas* as taxas de mortalidade devem ser expressadas como mortes/10.000/dia para não confundir leitores leigos que costumam trabalhar com um conjunto de unidades.

BOX 2

O **fator de conversão** é  $30,4/10 = 3,04$  (há uma média de 30,4 dias no mês).

Para converter um resultado expresso como mortes/10.000/dia para mortes/1.000/mês, multiplique por 3,04.

Similarmente, para expressar o resultado como mortes/1.000/ano, o intervalo de tempo é expressado em anos. O fator de conversão é  $365/10 = 36,5$ ; para converter mortes/10.000/dia para mortes/1.000/ano, multiplique por 36,5.

As diferentes formas de expressar a TBM são *exatamente equivalentes*: uma pode ser prontamente convertida na outra.

A **taxa de mortalidade de menores de 5 anos** (TM-5) é mais confusa, já que pode se referir a dois indicadores distintos que medem coisas levemente diferentes. O manual do IPC utiliza o indicador que é comumente utilizado em situações de emergência, mais sensível a variações de curto prazo e similar à TBM. Esse é o número de crianças com idade entre 0-5 que morrem durante um período especificado de tempo, e novamente é expressado em **mortes/10.000/dia**. Esse indicador às vezes é chamado de “taxa de mortalidade segundo a idade para crianças de 0-5”.

Não confunda este indicador com o que calcula a probabilidade de que uma criança nascida em um ano morra antes dos cinco anos e que normalmente expressa mortes por 1.000 nascidos vivos. Esse indicador, mais utilizado em contextos de desenvolvimento de longo prazo, é incluído com maior frequência nas Pesquisas Demográficas e de Saúde (PDS) do que o primeiro indicador. A TM5 é medida utilizando ambos os indicadores, mas os conceitos, cálculos e resultados numéricos são bastante diferentes.

Para o IPC, geralmente usamos o primeiro método, já que é mais útil quando examinamos variações que estão ocorrendo com relativa rapidez. Esse indicador também tem limites internacionalmente reconhecidos, o que é útil para a classificação de fases. Contudo, *todas* as evidências são úteis, e a TM-5 usando “mortes/1.000 nascidos vivos” ainda é informação indireta útil. Como regra geral, esta última medida é aproximadamente cinco vezes maior do que a equivalente usando a medida mortes/10.000/dia, embora *não se possa calcular uma a partir da outra*.

*Evidências indiretas:* a informação sobre a TBM e a TM-5 pode vir de fontes que não representam a população como um todo e, portanto, não pode ser incluída como evidência direta. Os exemplos incluiriam sistemas de informação de saúde com dados de instalações de saúde; centros de alimentação suplementar ou terapêutica; ou mesmo informação mais informal de informantes importantes. Todos esses dados são úteis, mas podem ter diferentes níveis de *confiabilidade*.

## **B. Desnutrição aguda**

Quando as pessoas ficam desnutridas num prazo curto de tempo, chamamos de desnutrição aguda, e isso é caracterizado por ‘magreza’ ou desnutrição aguda (isto é, as pessoas perdem peso, mas não perdem outras medidas como a altura, o que é mais um sintoma da desnutrição crônica – veja retardo de crescimento adiante).

*Evidências diretas:* A medida padrão da desnutrição aguda é peso/altura ( $p/a$ ), expressa como pontuação Z, que são desvios padrão da média. Métodos mais antigos utilizam percentagem de crianças abaixo de 80% da  $p/a$  mediana: isso é aceitável como uma aproximação, mas geralmente os praticantes de IPC são encorajados a utilizar pontuações z para promover comparabilidade (é possível fazer a conversão para pontuações z se houver conjuntos de dados brutos para a pesquisa). Para serem utilizados como evidência direta, os dados devem representar a população considerada no quadro da amostra, o que normalmente significa que os dados virão de pesquisas de nutrição realizadas adequadamente com uma metodologia padronizada. As pesquisas de  $p/a$  captam a situação nutricional de crianças entre 6 e 59 meses, já que são mais sensíveis à desnutrição aguda. Os resultados são utilizados como proxy para o resto da população.

*Evidências indiretas:* Uma boa medida de desnutrição aguda é o perímetro braquial. Mas não pode ser diretamente comparado com a  $p/a$ . O perímetro braquial é comumente utilizado para triagem e monitoramento do local de sentinela. Em alguns casos, os dados sobre perímetro braquial estão disponíveis para grandes áreas de um país regularmente (já que é mais barato do que as pesquisas de  $p/a$ ) e podem ser um indicador muito útil de desnutrição aguda com o valor agregado de ser capaz de analisar tendências no tempo. Um exemplo disso vem do Quênia, onde o perímetro braquial é medido mensalmente em locais de sentinela em todos os distritos CAAS, o que significa que a variação ao longo do tempo pode ser monitorada e comparada com médias sazonais de longo prazo, conforme mostra a Figura 1.10.

Outras evidências indiretas podem vir de fontes baseadas em instalações, como hospitais, postos de saúde, centro de alimentação suplementar ou terapêutica, etc. Há dados úteis para ajudar a formar um quadro do que está acontecendo em termos de desnutrição, tendências e possíveis causas.

## **C. Retardo de crescimento**

A desnutrição crônica de longo prazo resulta no retardo de crescimento, no qual os indivíduos experimentam crescimento retardado em comparação com uma população de referência resultante de nutrição inadequada e/ou infecções repetidas como a diarreia.

*Evidências diretas:* A medida padrão para o retardo de crescimento é altura/idade ( $a/i$ ) e, como a  $p/a$ , é expressa em pontuações z. Esse indicador de referência só é relevante para as duas primeiras fases do IPC que se relacionam mais com a desnutrição de longo prazo e não estão em situação de crise: o retardo de crescimento não é incluído nos resultados de referência para as fases 3-5. Como a desnutrição aguda, para serem utilizados como evidência direta os dados devem representar a população considerada no quadro de amostragem, o que normalmente significa que os dados virão de pesquisas de nutrição realizadas adequadamente com uma metodologia padronizada.

*Evidências indiretas:* os dados de  $a/i$  são comumente coletados como parte de sistemas de monitoramento do crescimento administrados por instalações de saúde em centros rurais e urbanos, e como tal estão relativamente disponíveis nos de sistemas de informação de saúde em muitos países. O fato de se basearem em instalações, porém, significa que geralmente não são representativos da população como um todo e, portanto, devem ser considerados como

evidência indireta útil. A análise de séries cronológicas poderia ser um exercício útil com esse tipo de dados, utilizando-os para fins pontuais.

#### **D. Doença**

Primeiramente, você irá perceber que não há limite reconhecido para esse resultado de referência, já que a prevalência dependerá do tipo de doença. Para nossos propósitos, a diferenciação entre *endemia*, *epidemia* e *pandemia* fornece alguma orientação e nosso conhecimento do impacto de várias doenças vai ajudar a desenvolver o quadro geral.

É importante considerar as implicações da doença junto com outros indicadores, especialmente o acesso e a disponibilidade de alimentos e o acesso e a disponibilidade de água. A doença pode ser a razão mais importante para altas taxas de desnutrição, o que, por sua vez, pode ser causado pela baixa qualidade da água ou por práticas deficientes de atenção à criança (como em partes do Sudão Meridional), em vez de um fator do fraco acesso ou disponibilidade de alimentos.

A evidência direta da doença será muito provavelmente parte de uma pesquisa realizada adequadamente, como uma pesquisa de nutrição que inclua doenças. Esses dados provavelmente serão razoavelmente representativos da população como um todo. Evidências diretas poderiam ter origem em instalações de saúde, ou relatórios mais informais.

#### **BOX 3**

O consumo diário de alimentos em 2.100 Kcal ou mais por pessoa é considerado segurança alimentar geral ou insegurança alimentar moderada/limitada, enquanto o consumo abaixo de 2.100 Kcal por pessoa por dia indica crise aguda de alimentação e subsistência, dependendo do déficit de Kcal.

#### **E. Acesso e disponibilidade de alimentos**

Esse é um indicador obviamente importante para a análise da segurança alimentar e a classificação de fases. A *evidência direta* padrão de acesso aos alimentos é a quantidade de alimentos consumidos por um indivíduo por dia, medida em quilocalorias (Kcals), sendo o limite de emergência estabelecido num consumo mínimo de 2.100 Kcals por dia.

Contudo, na prática é muito raro ter evidência direta suficiente para analisar o acesso aos alimentos com base nas calorias consumidas por pessoa. Além disso, alguns analistas sugerem que o limite de referência específico de 2.100 Kcal pode ser enganador, e não deve ser generalizado para grupos de população, idade, gênero e situações. Deve-se considerar os limites de calorias na Tabela de Referência como orientação e incluir *outras* evidências de apoio na análise de acesso e disponibilidade de alimentos.

Felizmente, normalmente existem boas *evidências indiretas* disponíveis que podem ser usadas com alta confiança para fazer a análise. A seção de acesso/disponibilidade de alimentos na Planilha de análise foi estabelecida para isso (Figura 1.14).

Os diferentes tipos de indicadores dentro do *acesso e disponibilidade de alimentos* refletem os diferentes tipos de evidência indireta que podem ser utilizados na análise: volumes de venda no varejo em mercados locais, preços de mercado de mercadorias básicas, níveis de produção da colheita local ou nacional, níveis da renda atual para diferentes subsistências, importações,

ou muitos outros fatores que podem afetar o poder de compra, o abastecimento de alimentos básicos e/ou o acesso social.

O importante ao usar essa informação é considerar as implicações em termos de consumo real de alimentos **comparado com o normal** para um período do ano, e **se a evidência disponível indica pressão anormal**.

Por exemplo, os dados sobre preço de mercado na área analisada pode indicar que os preços dos cereais básicos estão subindo. Isso não indica necessariamente que o acesso aos alimentos se escasso. É preciso esclarecer:

- Como os preços dos cereais se comportam normalmente nessa época do ano;
- Se normalmente sobem nessa época (antes da colheita, por exemplo); em caso afirmativo, se os aumentos atuais estão acima ou abaixo do normal;
- Já que os preços não são o único fator que influencia o acesso aos alimentos, quais os níveis atuais de renda familiar em comparação com o normal;
- se os preços dos animais estão subindo ou caindo para os pastores, e como isso se relaciona com o aumento no preço dos cereais em termos de poder de compra;
- se a última colheita foi bastante boa para que uma família agrícola possa realmente se beneficiar dos preços vendendo seus estoques.

A análise tende a se concentrar num grupo da população, que pode incluir grupos de renda, grupos sociais ou grupos de subsistência, em vez de um indivíduo. Isso é importante devido à complexa interação das múltiplas variáveis relacionadas ao acesso e disponibilidade dos alimentos.

É melhor considerar a maneira como as fontes de alimentos, padrões de gasto e estratégias de adaptação se juntam para afetar o *acesso aos alimentos*; muito vezes, o mais fácil é examinar um sistema de subsistência. Considerando todas as evidências indiretas disponíveis e perguntando o que isso provavelmente implica em termos de consumo de alimentos em relação às condições normais para um grupo de subsistência, pode-se fazer uma análise confiante do acesso/disponibilidade de alimentos.

Como já dissemos, o IPC não é uma metodologia de análise da segurança alimentar, e de fato vê com bons olhos e encoraja múltiplas formas de coleta e exame de dados. No seu país pode haver um método de monitoramento do acesso e disponibilidade dos alimentos que utilize as evidências indiretas disponíveis. Em caso afirmativo, certamente pode-se aproveitar esse método e incorporá-lo na análise IPC. Um desses métodos é o enfoque de economia familiar (HEA). O HEA funcionou bem para analisar o acesso e a disponibilidade dos alimentos em vários locais (incluindo a Somália, onde o IPC foi desenvolvido inicialmente) e, em vários sentidos, constitui uma forma ideal de preencher a seção de acesso/disponibilidade dos alimentos da Planilha de análise. Contudo, outras metodologias também podem ser utilizadas com confiança, e é preciso considerar o enfoque mais adequado a cada país.

A maioria dos métodos de análise com base na subsistência (por exemplo, economia familiar, cesta familiar, etc.) se baseia na ideia de que o risco de insegurança alimentar de uma família decorre de dois fatores: a ocorrência de algum evento ou choque (como uma seca, um conflito ou um aumento súbito nos preços dos combustíveis) e a vulnerabilidade da família ao choque (que se baseia em suas estratégias de subsistência, como fontes de renda e de alimentos e estratégias de adaptação, e nos bens que a família possui). Idealmente, uma análise começa com bastante dados de referência sobre os bens e estratégias de subsistência numa zona de subsistência. O possível impacto de um choque e sua severidade sobre a subsistência das



famílias na zona podem então ser analisados, e geralmente incluem uma função de elasticidade para incorporar a provável adaptação em termos de mudança no consumo ou padrões de gasto. Se houver bons dados e referências, pode-se estimar um déficit com relação ao consumo normal da família, seja em termos de alimentos (Kcals) ou outra unidade como dinheiro, que é evidência indireta que permite a classificação de fases na análise IPC.

Por exemplo, um aumento de 20% nos preços dos cereais pode fazer com que uma família pastoral pobre venda um animal a mais para aumentar sua renda (reduzindo assim seus bens), diminua seu consumo de cereais com relação ao normal e aumente a coleta de lenha para venda (afastando os membros da família do gado e da principal fonte de leite). O HEA estimaria a redução específica no acesso aos alimentos, o que permitiria uma classificação de fases com base no acesso/disponibilidade de alimentos para aquele grupo de subsistência. A Figura 1.15 apresenta um exemplo de utilização do HEA para preencher essa seção da planilha de análise.

#### **F. Diversidade alimentar**

Diferentes métodos de coleta e análise estão sendo utilizados, e nenhum foi testado suficientemente para padronização. Por exemplo, o WFP utiliza um método de 12 grupos de alimentos, com um período recordatório de 7 dias, e inclui uma contagem do consumo de alimentos como parte da análise. A FAO adotou o método FANTA, que tem 16 grupos de alimentos coletados com um recordatório de 24 horas, divididos em 12 grupos de alimentos para calcular uma Pontuação de Diversidade Alimentar das Famílias (household dietary diversity score - HDDS). Ainda não foram acordados limites internacionalmente reconhecidos para esses métodos (ou outros).

Com base na inclusividade que caracteriza o IPC, a análise pode ser feita utilizando um desses métodos (ou outros): com o tempo e após a realização de testes, talvez seja possível no futuro sugerir um padrão. A interpretação dos métodos de diversidade alimentar também ainda não foi padronizada. Além dos dados pontuais, os Índices de Diversidade Alimentar (IDA) podem ser utilizados para monitorar tendências na diversidade, o que é especialmente útil para entender normas e anomalias sazonais para diferentes grupos de subsistência. A análise detalhada dos grupos de alimentos também pode ser importante para localizar áreas específicas de deficiência alimentar, como alimentos ricos em vitamina A, e assim identificar possíveis pontos para intervenções. Isso seria apropriado onde a diversidade alimentar é muito baixa e tem um grande impacto na segurança alimentar geral e/ou na situação nutricional. A Figura 1.17 mostra um exemplo de evidência para o resultado de referência em termos de diversidade alimentar.

#### **G. Acesso e disponibilidade de água**

Este é outro indicador cujo resultado de referência (quantidade de água consumida) é difícil de obter na maioria dos países, com a possível exceção de populações específicas que vivem em campos (PDI ou refugiados). Há uma série de métodos indiretos que incluem a distância (ou tempo) que as famílias têm que viajar até o ponto de água mais próximo para uso doméstico e a distância entre o pasto e a água, especialmente em áreas pastorais e agropastorais; todos eles são válidos.

#### BOX 4

##### **Acesso e disponibilidade de água versus qualidade**

Um erro comum ao preencher as planilhas consiste em incluir a qualidade da água nesta seção. Embora seja um fator importante, está mais relacionado com os resultados em termos de saúde e deve ser incluído como evidência indireta na seção de doença.

#### **H. Indigência/deslocamento**

A *indigência* é considerada um estado de pobreza extrema, em que um indivíduo, família ou grupo exauriu seus bens de subsistência e se tornou dependente dos outros para atender às suas necessidades básicas. É desnecessário dizer que a indigência está direta ou indiretamente associada com a insegurança alimentar grave (causa e efeito), falta de acesso ou disponibilidade de alimentos (obrigando a família a vender seus bens) e/ou separação dos bens (causando insegurança alimentar). O *deslocamento* ocorre quando indivíduos ou grupos são forçados ou obrigados a se mudar de sua residência habitual, geralmente como resultado de algum tipo de choque como conflitos, enchentes, secas, etc. Se eles têm que se mudar sem seus bens e são separados de sua subsistência normal, ficam particularmente vulneráveis e podem ser classificados como pessoas indigentes. É importante distinguir o deslocamento da migração normal ou mesmo da anormal, que é feita com bens (como a migração de pastores com seu gado) ou como parte de estratégias normais de adaptação que podem acontecer sazonalmente, como a busca de trabalho remunerado.

Também é importante entender se as pessoas estão mesmo em situação de indigência: por exemplo, um grupo de mulheres e crianças podem parecer “indigentes”, mas na verdade estão separadas dos homens da família que podem estar trabalhando ou cuidando de animais em outro lugar e enviando remessas como um modo de vida completamente normal. Embora esses dois aspectos sejam reunidos no IPC, é óbvio que podem ser considerados separadamente ou juntos, dependendo das circunstâncias: uma pessoa deslocada pode ou não ser indigente; do mesmo modo, uma pessoa indigente pode ou não ter sido deslocada.<sup>2</sup>

Em termos das planilhas, é bem difícil quantificar indigência ou deslocamento, já que existem muitos fatores e graus associados com ambas as condições. As evidências diretas geralmente seriam válidas nos casos em que grupos específicos de pessoas foram incluídos em algum tipo de avaliação, e em que a extensão do deslocamento/indigência (por exemplo, boas estimativas do número de pessoas afetadas), a causa do deslocamento ou indigência ou sua gravidade (intensidade) são conhecidas. As evidências diretas seriam mais informais.

Para fins de classificação, esse resultado de referência do IPC só é considerado nas fases de crise (3-5) por razões óbvias, e distingue entre a extensão do problema (emergente/difuso – fase 3; concentrado/aumentando – fase 4; e concentrado em grande escala – fase 5 (Figura 1.19; veja também a p. 28 do manual técnico). Essa diferenciação também infere a cronologia do problema, em que o emergente/difuso está no início de uma situação que pode piorar.

As diretrizes no manual técnico têm que ser combinadas com o conhecimento local das subsistências e comportamentos das pessoas em questão. É útil também incluir alguma informação sobre a profundidade da indigência/deslocamento (gravidade no nível familiar ou individual) e identificar as causas imediatas e subjacentes é sempre importante.

---

<sup>2</sup> Há um certo debate quanto a se a indigência e o deslocamento devem ser reunidos num indicador do IPC ou separados como dois indicadores. Essa é uma das questões que podem ser refinadas em futuras versões do IPC, mas por agora serão considerados como um indicador.

## I. Segurança Civil

Assim como a indigência/deslocamento, a insegurança civil está fortemente associada à insegurança alimentar, e pode ser tanto uma causa como um efeito dela. É tentador concentrar-se no conflito visível quando se considera esse resultado de referência, mas é igualmente importante incluir conflitos não-violentos menos óbvios que podem estar excluindo algumas pessoas de atividades ou bens de subsistência importantes. Como o indicador anterior, não é fácil quantificar a insegurança civil, e seu impacto na segurança alimentar e subsistência pode ser altamente específico. As fases do IPC se distinguem com base na gravidade ou intensidade do conflito (violento ou não-violento) – veja a figura 1.20 e a página 28 do Manual Técnico. Veja um exemplo na Figura 1.21.

### BOX 5

A alta tensão entre grupos conflitantes pode perturbar o funcionamento ou acesso ao mercado [por exemplo, isso era comum nos conflitos provocados pela contestação das eleições no Quênia em 2007/2008 – veja a figura 1.20] ou impedir um grupo de pastores de ter acesso a pastagens remotas ou passar por elas.

A *evidência* direta normalmente seria considerada a insegurança observada com dados quantitativos confirmados como mortos e/ou feridos. Em estágios menos extremos, os comportamentos observados, como excluir um grupo das atividades normais de subsistência, seriam relevantes. A evidência indireta seria mais informal, com dados quantitativos não confirmados.

## J. Adaptação

As estratégias de adaptação são comportamentos importantes que permitem que as pessoas absorvam o impacto de um choque numa medida maior ou menor, dependendo da resiliência da subsistência ou do indivíduo/família. As estratégias de adaptação reais variam de lugar para lugar e de subsistência para subsistência, mas podem geralmente ser assim categorizadas: a) estratégias de seguro; b) estratégias de crise; c) estratégias de urgência (*veja mais detalhes na p. 29 do Manual técnico*). Devem ser pré-definidas num país ou área, preferivelmente por zona de subsistência.

A *evidência direta* normalmente estará disponível num sistema de avaliação, pesquisa ou vigilância em que perguntas específicas são feitas e relacionadas aos três graus de adaptação (acima). Nos melhores casos, o país em questão terá desenvolvido um índice de estratégias de adaptação (CSI), que permite expressar numericamente o indicador.

A *evidência indireta* será menos rigorosa e provavelmente mais informal (“as pessoas não estão fazendo algumas refeições”, etc.) sem referência aos graus de adaptação ou ao impacto desses comportamentos no longo prazo. Mas é informação importante a ser incluída nas planilhas.

Em termos da classificação, adaptação e CSI são específicos do contexto e é difícil estabelecer limites, mesmo localmente. As características distintivas das estratégias de *seguro*, *crise* e *urgência* fornecem a base para a classificação de fases (veja a Figura 1.22). Veja um exemplo na Figura 1.23.

#### BOX 6

O indicador de adaptação não é relevante para a fase 1 (na qual a adaptação não é exigida) nem para a fase 5 (na qual as estratégias de adaptação se desintegraram).

#### K. Perigos

Um perigo é um evento ameaçador, que deve ser considerado junto com a vulnerabilidade para se entender o possível impacto ou risco de insegurança alimentar resultante. Por exemplo, a precipitação atmosférica escassa teria um alto risco de resultar em insegurança alimentar para um agricultor pobre (vulnerável) que depende da chuva, mas pouco risco para um agricultor que usa irrigação. Portanto, é importante examinar o próprio *perigo*, e a *probabilidade* de realmente acontecer, junto com a *vulnerabilidade* das pessoas àquele perigo específico a fim de entender o possível impacto sobre a segurança alimentar e subsistência (*isso também é abordado na próxima coluna da planilha que cobre a análise de risco*). Outra questão é a frequência com que os perigos ocorrem: o maior risco está associado a perigos recorrentes.

#### L. Estruturais

O IPC está interessado em questões que afetam a segurança alimentar que exigem estratégias de longo prazo relacionadas a estruturas de governo, infraestrutura, políticas de comércio e degradação ambiental, assim como questões mais sociais como a desigualdade. Muitas vezes essas questões são descuidadas quando se lida com áreas mais humanitárias de insegurança alimentar, já que se encaixam perfeitamente no domínio de políticas e estruturas de desenvolvimento de longo prazo. Contudo, é importante levar em conta as questões estruturais a fim de desenvolver uma análise abrangente, bem como identificar causas subjacentes e imediatas. As condições estruturais só são consideradas como uma característica de referência importante para distinguir entre a fase 1 e 2, embora estejam frequentemente presentes como causas subjacentes em fases mais sérias. Assim, é importante incluir as questões estruturais na parte 3 da planilha que lida com questões subjacentes e possíveis respostas. As questões estruturais são difíceis de 'medir' e variam de um lugar a outro: não constituem um indicador muito objetivo, devendo-se tomar cuidado com sua importância quando se fizer a classificação de fases.

#### M. Bens de Subsistência (5 capitais)

A subsistência é um conceito implícito no IPC: a classificação da fase baseia-se num enfoque de subsistência (por exemplo, Crise Aguda de Alimentação e Subsistência), atribuindo-se ênfase a salvar subsistências e vidas: *'...é amplamente aceito que salvar vidas é um objetivo estratégico importante, mas limitado para intervenções humanitárias e de segurança alimentar. É também importante apoiar subsistências para aumentar a resiliência e melhorar o bem-estar das populações, abordando assim a segurança alimentar de maneira holística e sustentável e reduzindo a probabilidade de dependência da ajuda. Daí, salvar subsistências é um objetivo estratégico por si só'* (p. 31 do Manual Técnico do IPC, versão 1.1).

De acordo com o enfoque de subsistência sustentável (SLA):

*'Uma subsistência compreende as **capacidades, bens** (incluindo recursos materiais e sociais) e **atividades** necessárias para um meio de vida. Uma subsistência é sustentável quando pode enfrentar e se recuperar de dificuldades e choques e manter ou ampliar suas capacidades e bens agora e no futuro, sem prejudicar a base de recursos naturais.'*

Para ajudar a imaginar o que isso significa e ilustrar os diversos componentes deste conceito, elaboramos um quadro de subsistências (figura 1.26).

Para apoiá-las, precisamos ter um bom entendimento das subsistências com que lidamos. Dentro do IPC, o componente de subsistência se concentra nos bens de subsistência, ou cinco capitais inter-relacionados, como mostra a figura 1.27.

**Capital Humano** representa as habilidades, conhecimento (incluindo educação), capacidade de trabalhar e boa saúde, que juntas permitem que as pessoas apliquem diferentes estratégias de subsistência e alcancem seus objetivos de subsistência.

**Capital Social** são os recursos sociais com que as pessoas contam para alcançar seus objetivos de subsistência. Em termos gerais, são desenvolvidos através de redes e conectividade, grupos mais formalizados e relações de confiança, reciprocidade e troca (redes informais de segurança). Esse capital também abrange inclusão e voz política.

**Capital Natural** representa os estoques de recursos naturais dos quais as pessoas derivam seus recursos de subsistência (exemplos: pastagens, fertilidade do solo, árvores, pesqueiros, etc.).

**Capital Físico** compreende a infraestrutura básica e bens de produção necessários para apoiar subsistências, como pontes, estradas, mercados e telecomunicações.

**Capital Financeiro** denota os recursos financeiros que as pessoas usam para alcançar seus objetivos de subsistência. Pode incluir fluxos e estoques e pode contribuir para o consumo e para a produção. Comumente, compreenderia renda, remessas, presentes, poupança e acesso ao crédito.

É óbvio que os cinco capitais são até certo ponto intercambiáveis: por exemplo, o capital financeiro pode ser convertido em capital humano através do pagamento de taxas escolares. A análise SLA considera a interação entre os cinco capitais e através das instituições para obter resultados gerais de subsistência.

#### **BOX 7**

No IPC, os cinco capitais são utilizados de maneira mais simplista que enfatiza o *acesso real*, *taxa de esgotamento*, *risco de colapso completo* e *consequente sustentabilidade*. Deve-se levar em conta a importância relativa deste bem para a subsistência geral de um grupo. Isso pode ser uma declaração narrativa com as referências à evidência mencionada.

Essa é uma importante distinção porque os analistas que usam o IPC pela primeira vez em geral preenchem essa parte da planilha com uma análise do tipo SLA, em vez de se concentrar no impacto do perigo ou choque sobre a subsistência, e a consequente deterioração dos bens. Por exemplo, numa análise SLA estaríamos interessados nos animais que os pastores possuem como um bem essencial de subsistência (capital físico) e na inter-relação deste bem com os outros capitais. Contudo, no IPC estaríamos mais interessados na maneira como este bem foi afetado por um choque, como uma seca ou doença (figura 1.28). Assim, nas planilhas deve haver evidência de deterioração dos bens de subsistência, como '40% de perda do gado como resultado do surto de peste bovina'. A figura 1.29 mostra um exemplo da Somália.

### ***Últimos comentários sobre este Módulo...***

Muito bem! Você acaba de concluir a maior parte do trabalho necessário para fazer uma análise IPC e, uma vez que tiver preenchido a *coluna 2* para todas as áreas geográficas/de subsistência, estará pronto para fazer a classificação no próximo módulo. Antes de prosseguir, é bom parar um pouco para pensar:

- Incluiu todos os dados relevantes, **diretos** ou indiretos?
- Está representado da melhor forma, mais sucinta?
- Identificou a fonte de cada evidência?
- Deu a cada evidência uma pontuação de confiabilidade equilibrada?

**Certamente haverá lacunas nas evidências, seja por falta de dados ou pela fraca confiabilidade; também haverá evidências diretas irregulares. Mesmo assim, será possível fazer uma classificação; obviamente, quanto mais evidências tiver, mais confiante estará ao fazer seu julgamento.**

## MÓDULO 2

## 2. Módulo 2: Efetuar a classificação da fase

### 2.1 Objetivo do Módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo

- **Objetivo:** orientar seu julgamento sobre a classificação da fase, com base numa sólida análise dos dados.
- **Você poderá:**
  - Analisar as evidências diretas e indiretas e classificar a fase, indicador por indicador
  - Juntar todas as evidências e analisar a convergência de evidências
  - Realizar uma classificação final de fase e atribuir uma pontuação de confiança.

### 2.2 Elementos necessários:

- √ Reunir as pessoas certas: é importante conseguir consenso técnico ao realizar uma classificação (ver também o *Módulo 8*: como estabelecer o IPC no seu país);
- √ Planilha de análise, parte 1, coluna 2;
- √ Seção 4.2 do Manual Técnico, Resultados de Referência (p. 20-32);
- √ Tabela de referência, focalizando as fases e os indicadores de resultados de referência (ver a pág. 4 do Manual Técnico).

### 2.3 Antes de começar...

Depois de ter registrado todos os seus dados e evidências na coluna 2 da Parte 1 da planilha, você estará pronto para fazer a **classificação da fase**. A chave para isto é o conceito de **'convergência de evidências'**, mediante o qual a classificação é feita com base em todas as evidências disponíveis, usando como guia os resultados de referência, e *sem considerar que um indicador ou evidência seja mais importante do que outro*. Isto é realmente importante, porque você está lidando com uma situação que é altamente complexa, com um desconcertante número de variáveis, o que significa que o seu conhecimento local também é muito importante.

***“Em essência, o que estamos fazendo aqui é um melhor julgamento da situação com base nos dados disponíveis, em combinação com o nosso entendimento do contexto.”***

Isto soa difícil, mas na prática raramente é problemático porque, em termos gerais, as evidências tendem a apontar na mesma direção e nos levam a tirar conclusões que são evidentes por si sós. Pode acontecer que um indicador esteja fora de sincronia com os outros, levando-nos a questionar a confiabilidade dos dados, ou as possíveis razões pelas quais aquela de informação parece estar dizendo algo diferente do resto.

Um bom exemplo disto provém do sul do Sudão, onde se registram níveis persistentemente altos de desnutrição aguda (p/a) em áreas em que outros indicadores de segurança alimentar sugerem que a situação é razoavelmente boa (geralmente, a fase 2). Um debate sobre o assunto não tarda a revelar que a causa da alta desnutrição não guarda relação direta com o acesso a alimentos ou sua disponibilidade, sendo, isto sim, resultado da má qualidade da água, combinada com más práticas de puericultura.

O importante aqui é que esse resultado de referência (no caso, a desnutrição aguda) não deve ser a única evidência usada para classificar a área, mesmo que seja confiável e esteja acima do limite de emergência. Neste caso, nossos colegas sudaneses classificaram a área como fase 2, já que todas as demais evidências apoiavam esta fase, mas deixaram passar a questão da alta



desnutrição e suas causas nas declarações que descreviam a análise da situação. Assinale-se também que este é um bom exemplo do tipo de debate que o processo IPC incentiva.

Outra questão importante a explicar antes de proceder à classificação é o **'encobrimento'**, que ocorre quando a ajuda humanitária está exercendo impacto positivo sobre os indicadores de resultado e, de certa forma, ocultando a situação subjacente. O efeito da assistência humanitária é medido mais facilmente numa situação controlada, como é o caso de um acampamento, onde existe disponibilidade de dados exatos sobre meios de socorro como alimentos, água, serviços de saúde, etc., e os refugiados dispõem de pouco ou nenhum acesso a outros recursos. Esta medição torna-se cada vez mais difícil entre populações que não estão deslocadas, particularmente quando a assistência se torna menos importante, impossibilitando projetar a fase subjacente do IPC.

Um bom exemplo desta situação é dado por Darfur, onde os deslocados pelo conflito dependem quase que inteiramente do socorro proporcionado. **Mesmo em casos como este, a classificação deve ter por base a evidência disponível; caso contrário, toda a essência do IPC ficará abalada.** Isto é algo controverso porque, se você classificar uma situação como uma fase sem crise, poderá estar enviando às autoridades a mensagem de que o socorro já não é mais necessário, quando sabemos que é muito provável que a situação se transforme em crise na ausência de socorro. Portanto, embora seja importante basear a classificação na evidência, também é essencial enviar a mensagem correta às autoridades: neste exemplo, "o esforço de socorro conseguiu melhorar para níveis não críticos a maioria dos indicadores de resultado; porém, os refugiados dependem inteiramente da assistência, que deve continuar para que a população afetada não passe à fase 3, 4 ou 5". Além disso, a existência de socorro deve ser registrada e considerada na planilha de análise; por exemplo, a ajuda alimentar seria documentada em 'Acesso a alimentos/disponibilidade'. Não se esqueça de que a assistência pode ser uma parte importante do quadro geral de segurança alimentar. No momento, o encobrimento não é adequadamente considerado pelos protocolos cartográficos, o que torna muito importantes as declarações por escrito. Mas a questão foi reconhecida, e estão sendo envidados esforços nos níveis regional e global para desenvolver um novo símbolo de mapeamento que ilustre o efeito do encobrimento.

#### 2.4 **1º passo: Classificar um indicador de cada vez**

Não existe uma forma única de classificar, mas é melhor classificar primeiro as fases de cada resultado de referência ou evidência para poder observar claramente qualquer convergência de evidências. É importante aqui recorrer à *Seção 4.2, Resultados de referência*, no Manual Técnico, para classificar cada resultado – nela há muita informação e orientação para a classificação da fase, e não é propósito do presente Guia repeti-las. **Ao fazer a classificação de cada indicador, os seguintes aspectos podem ajudar a facilitar o processo:**

1. As fases devem ser **atuais ou iminentes e ter um período de validade**. Isto é importante porque geralmente desejamos apresentar às autoridades uma análise de situação que seja dinâmica e com visão de futuro, e não estática e parada no tempo. Tal como mencionado no módulo anterior, o resultado do IPC deve ter um período de validade claramente definido. Portanto, ao classificar cada indicador, você precisa pensar no presente: *‘no que está ocorrendo agora’*, bem como no que é previsível dentro do período de validade da análise: *‘no que estou certo de que ocorrerá’*.

O período de validade varia de um país a outro e está geralmente ligado a estações agroclimáticas e calendários agrícolas. Tipicamente, uma análise IPC será realizada ao final ou quase ao final de uma estação chuvosa e sua validade se estenderá até uma etapa similar na próxima estação chuvosa. Em certos casos, pode ser apropriado fazer um exame de meia-estação, que talvez não chegue a ser uma análise IPC “completa”, mas vale para dar às autoridades um alerta precoce sobre o que vai acontecer na estação (*mais detalhes no 2º Passo*).

2. **Evidências diretas e indiretas:** tal como mencionado no módulo anterior, você disporá de uma mescla de evidências diretas e indiretas; na maioria dos casos, devido à escassez de dados, é muito provável que você disponha de mais evidências indiretas do que diretas. Embora isto não seja um problema, você terá que decidir como irá interpretar cada tipo de dado. Os tipos mais simples a classificar no IPC são os dados quantitativos confiáveis, relacionados diretamente com um indicador de resultado que tenha um limite reconhecido. Indicadores como a desnutrição aguda e a mortalidade estariam inseridos nesse grupo. Outras evidências diretas talvez não sejam quantitativas ou careçam de limite, e são classificadas com base numa descrição que seja a mais específica possível. Exemplos de evidências desse tipo seriam a segurança civil, a doença, a indigência/deslocamento e os bens de subsistência. Estas evidências podem ser imprecisas em maior ou menor grau, mas ainda descrevem a situação diretamente.

As *evidências indiretas* descrevem um certo resultado de referência mediante indicadores representativos ou de processo que, por definição, são indiretos. Por esta razão, cabe a você fazer a associação apropriada entre a evidência indireta e um resultado de referência, levando em conta o contexto de subsistência e os relacionamentos com outros fatores. Portanto, é realmente importante interpretar cada evidência indireta com um bom conhecimento da sua relação com o resultado para uma subsistência ou comunidade específica.

#### BOX 1

Ao examinar o acesso a alimentos, os preços de cereais e animais em geral são usados como evidência indireta. Mas esses preços afetam diferentes pessoas de diversas maneiras: o rápido aumento nos preços dos cereais e queda nos preços dos animais pode significar erosão das relações de troca para os pastores, por exemplo, mas uma vantagem para os agricultores, que obteriam mais renda com a venda do cereal excedente.

3. **Confiança:** Quando as pessoas – especialmente os analistas de segurança alimentar – veem pela primeira vez o IPC, em geral acham que não disporão de dados suficientes para fazer uma classificação. Parece um tanto assustador... Mas, na prática, é possível fazer uma classificação com base em dados escassos. Obviamente, a confiança que você deposita numa classificação não será tão alta como a que teria se os dados fossem mais completos ou de melhor qualidade, mas ainda é possível fazê-la. Se você se preocupa com isto, então pense no fato de que as decisões sobre segurança alimentar serão tomadas com base na evidência disponível (ou sem qualquer evidência). Certamente, é melhor informar as autoridades por meio da análise sistemática dos dados existentes.

**É importante indicar aos usuários finais do produto IPC o grau de confiança que você tem na classificação final.** Ao classificar cada resultado de referência, é preciso que você desenvolva uma escala relativa utilizável para indicar às pessoas o seu grau de confiança.

Essa escala se baseia em três fatores:

- a) A confiabilidade da evidência (você já deverá ter atribuído uma pontuação para cada evidência, em termos de confiabilidade, ao incluir os dados na planilha)
- b) O volume de evidências e sua consistência – evidentemente, uma evidência é menos convincente do que duas ou três evidências de diferentes fontes que se reforçam mutuamente;
- c) O poder da evidência para indicar um resultado de referência.

Uma vez classificados todos os resultados de referência, você pode dar o próximo passo.

#### **2.5 2º Passo: Convergência de evidências e classificação geral**

Tal como assinalado na seção 2.3, o conceito que aqui importa é o da **convergência de evidências** ou, em outras palavras: qual é a história coletiva que seus indicadores estão contando?

Usando um exemplo do sul do Sudão, a tabela seguinte (Figura 2.3) é uma ferramenta útil para resumir a classificação da fase de cada resultado de referência, ao permitir que se veja claramente a convergência de evidências. Note-se que, aqui, o resultado de desnutrição aguda estava na fase 3 (tal como já foi discutido), mas a classificação geral foi como fase 2.

Esta tabela oferece apenas um resumo ou visão geral das planilhas detalhadas com todas as evidências e, como tal, deve ser vista como um guia para ajudar na classificação da fase. A tabela é útil para estabelecer o modo – ou a fase mais popular – e ajudar a fazer um julgamento, mas é somente um guia e não um processo matemático.

De modo geral, a classificação será feita com base nos *mais vulneráveis* na área ou ZS.<sup>3</sup> Sabemos que nem todos serão afetados da mesma forma pelos perigos: na maior parte dos casos, as pessoas com poucos bens são as mais afetadas, e algumas pessoas poderão até vir a ser beneficiadas. Também é importante aquilo que você deseja comunicar. Por exemplo: se uma proporção relativamente pequena da população passa por uma grave crise e necessita de ajuda urgente, é importante classificar toda a área com base nessa população vulnerável. No *Módulo 4*, indicamos como apresentar as diferentes populações que, segundo as estimativas, possam estar em fases diferentes, para comunicar o caráter da insegurança alimentar.

Os indicadores não são ponderados no IPC e, assim, em teoria, cada indicador é tão importante quanto os outros. Na prática, porém, geralmente introduzimos um certo peso baseado no nosso conhecimento local. Se, por exemplo, sabemos que uma questão é essencial para um problema de segurança alimentar, como o acesso a alimentos em consequência de uma hiperinflação, haveria razão para atribuir a esse indicador um peso maior do que o de outro que não seria tão importante. **Em última instância, cabe a você chegar ao melhor julgamento que possa fazer com base nas evidências disponíveis e no seu próprio conhecimento.**

Assim como no 1º Passo, a classificação deve incorporar o que é atual e o que é emergente – o ‘agora’ e o ‘previsível’ ao longo da validade específica da análise. Como já foi dito, uma análise IPC ocorrerá tipicamente ao final ou quase ao final de uma estação chuvosa e sua validade se estenderá até uma etapa similar na próxima estação chuvosa. Em alguns casos, talvez seja apropriado proceder a uma observação de meia-estação, que não chega a ser uma análise IPC ‘integral’, mas que tem o valor de dotar as autoridades de um alerta precoce do desempenho da estação.

Talvez uma análise tenha de ser feita de maneira *ad hoc* mais reativa se, por exemplo, ocorrer subitamente um evento perigoso, como um abalo sísmico ou um conflito. Note que o componente de alerta precoce do IPC trata da probabilidade de uma fase em processo de deterioração para uma fase pior, ao longo do período de validade. Isto difere do emergente, em que estamos comunicando a situação cujo desenvolvimento é iminente e certo (*ver o Módulo 3, Análise de risco*). Note também que a fase atual/emergente sobre a qual você decidirá tanto comunicará a situação como informará as autoridades sobre as respostas que podem ser apropriadas, representando, portanto, um aspecto importante da análise.

Uma vez decidida a fase, poderia ser útil cotejá-la com a tabela de descrição geral das fases, na página 19 do Manual Técnico (*ver Figura 2.5*), para ver como o seu julgamento se insere na descrição geral, embora tais descrições talvez não sejam apropriadas em todos os casos.

---

<sup>3</sup> Este área está sendo discutida no âmbito nacional, regional e global, a fim de refinar o IPC e fornecer diretrizes de aplicação mais detalhadas.

A pontuação de confiança segue o mesmo processo descrito no 1º passo, bastando que você atribua uma nota à sua classificação geral. A tabela resumida (Figura 2.3) ajudará esse processo, mas também aqui o propósito é fornecer uma visão geral dos graus de confiança que você atribuiu a cada resultado de referência, e não de aplicar um processo matemático. Tal como no passo anterior, as considerações **principais** são a *confiabilidade dos dados*, a *abrangência da evidência* e a *força da evidência* na indicação de uma fase. Não existe uma forma única de fazê-lo, mas lembre-se de que você quer comunicar com transparência às autoridades o seu grau de confiança (e dos seus colegas) na fase que você classificou.

No início deste módulo, após o subtítulo ‘elementos necessários’, o primeiro ponto diz: ‘reunir as pessoas certas. Isto é realmente importante porque a convergência de evidências encerra a suposição subjacente de que dois analistas com a mesma informação e com conhecimento local comparável chegarão ao mesmo julgamento na classificação de uma fase.

Reunir as pessoas ‘certas’ realmente ajudará a conseguir numerosos insumos de diferentes perspectivas e formar um consenso sobre o julgamento da fase. Então, quem são as pessoas ‘certas’? O assunto é tratado no *Módulo 8*, mas em suma o grupo de pessoas que efetuam a análise normalmente provirá de um nível técnico com aptidões em todo o espectro da segurança alimentar (saúde, água, nutrição, etc.); de atores importantes, como governos, a ONU, ONGs, organizações internacionais como a Cruz Vermelha e projetos técnicos como FEWSNET; e uma mescla de pessoas que trabalham no âmbito nacional e pessoal de campo, para assegurar a inserção de conhecimento local na equação.

Tipicamente, um evento de análise será dividido em grupos de cinco ou seis pessoas que preencherão certo número de planilhas cobrindo grupos distintos (*definidos no começo do módulo 1*). Portanto, cada grupo fará pelo menos uma classificação de fase, a qual, a esta altura, deveria ser considerada como provisória. Depois de reunir as fases de todas as áreas/zonas de subsistência no país, deve haver um processo de revisão pelos pares para formar um consenso mais amplo sobre a sua classificação e para introduzir as mudanças que sejam necessárias (ver o *Módulo 7*: Como saber se você acertou? O processo de revisão pelos pares).

Depois de seguir os dois passos aqui descritos e formar um julgamento sobre a classificação da fases para todas as planilhas que estiver analisando, você poderá passar para o módulo seguinte: *Análise de risco*.

## MÓDULO 3

### 3 **MÓDULO 3: ANÁLISE DO RISCO**

#### 3.1 **Objetivo do Módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo**

- **Objetivo:** orientá-lo a fazer uma análise do risco e preencher as restantes colunas da Parte 1 da planilha de análise.
- **O que você poderá fazer:**
  - Distinguir entre indicadores de processo e resultados
  - Preparar uma análise de risco usando indicadores de processo e preencher a parte 1 da planilha de análise
  - Combinar a análise de risco com conhecimento local para decidir quanto à probabilidade de uma fase passar a uma situação mais séria (usualmente fase de emergência: 3, 4 ou 5).

#### 3.2 **Elementos necessários:**

- Planilha de análise, parte 1, colunas 2 (evidências) e 3 (classificação da fase)
- Seus dados, geralmente indicadores de processo de um sistema de alerta precoce
- Tabela de análise de risco da tabela de referência da Classificação de fases (página 5 do Manual técnico).

#### 3.3 **Antes de começar...**

A classificação da fase proporciona uma análise da situação atual e emergente, com um período de validade definido – geralmente até a próxima temporada agroclimática. Assim, embora haja um elemento de **perspectiva**, a análise mostra o que acontecerá durante o período de validade. Contudo, o alerta precoce tem mais a ver com a probabilidade de ocorrer uma situação. O IPC examina o *risco* relativo de uma área ou comunidade passar de uma fase a outra mais grave. Assim, **não** classifica a probabilidade de agravamento do risco dentro da mesma fase.

O risco depende de dois elementos: exposição a um perigo (evento ameaçador) e vulnerabilidade da comunidade ou indivíduo a esse perigo (diferentes comunidades serão vulneráveis a diferentes perigos: um criador de gado bovino pode ser vulnerável a surtos de peste bovina, ao passo que um de camelos não o será).

A vulnerabilidade traz o elemento de *resiliência*, que tem dois aspectos: capacidade de um sistema (comunidade, família etc.) de absorver os efeitos de um perigo e permanecer num estado [*resistência*]; e capacidade de um sistema de voltar a uma condição preexistente (ou passar a uma nova condição). O conceito de adaptação e flexibilidade é parte integrante desses dois tipos de resiliência: os que têm mais capacidade de se adaptar rapidamente a novas circunstâncias (de maneira temporária ou permanente) em geral são mais resilientes do que os que têm menos capacidade de adaptação e flexibilidade. Como outra maneira de encarar a resiliência, a mudança em geral é uma oportunidade para uma comunidade, família ou sistema resiliente, ao passo que para um sistema não resiliente a mudança pode ser desastrosa.

No IPC, atualmente não há uma maneira específica de registrar as evidências de alerta precoce; contudo, é útil listar e descrever os perigos relevantes a que as comunidades poderiam estar expostas e a probabilidade de sua ocorrência, bem como a vulnerabilidade da comunidade ao perigo. Já que esta análise é conjetural, os dados sobre resultado não são diretamente relevantes, e serão usados indicadores de processo, geralmente dos sistemas nacionais ou subnacionais de alerta precoce.

#### BOX 1

##### Que são indicadores de processo?

São fatores que contribuem para um resultado final, em geral como uma corrente de causas e efeitos. Por exemplo, uma estação com poucas chuvas deve resultar em redução da produção agrícola, que por sua vez provocará menor disponibilidade de alimentos (ao menos no âmbito local) e conseqüente elevação nos preços, afetando o acesso a alimentos e reduzindo o consumo. Essa seqüência de eventos, se ocorrerem, pode ter um impacto negativo sobre a segurança alimentar dos pobres, e se manifestar em aumento da desnutrição aguda. Os **indicadores de processo** nesse exemplo são: chuvas; produção agrícola; disponibilidade de alimentos; preços de mercado; relações de troca (acesso a alimentos no mercado), diversidade alimentar e estratégias de adaptação (como deixar de fazer refeições). O **resultado** é desnutrição aguda (um resultado de referência no IPC), e a evidência direta desse resultado será uma medida antropométrica da desnutrição aguda, como p/a.

#### 3.4 1º Passo: Desenvolver uma matriz de análise do risco

Para ajudar a organizar os dados de processo e reunir as informações sobre perigos e vulnerabilidade, é útil preencher a matriz de análise de risco mostrada na figura 3.2.

O perigo se refere a qualquer ameaça com razoável probabilidade de acontecer (é aconselhável não perder tempo listando todos os perigos possíveis) que pode ter um impacto importante sobre a subsistência. A *probabilidade* de acontecer geralmente é bem subjetiva, mas, na medida do possível, deve-se incluir o maior número de evidências, como relatórios sobre o clima, tendências dos preços dos produtos ou relatórios de tensões entre grupos. A *vulnerabilidade* ao perigo deve incluir informação explicando por que a comunidade em consideração é particularmente vulnerável a cada perigo. Finalmente, o provável impacto e magnitude inclui o impacto do perigo sobre a subsistência (evidências históricas são úteis – ou como o perigo afetou as pessoas no passado), o que as pessoas provavelmente farão para absorver o impacto e o número provável de pessoas em risco. A matriz da análise do risco pode ser copiada para a planilha, ou pode-se usá-la como ferramenta analítica.

#### BOX 2

Por exemplo, uma comunidade que viva perto de um rio pode ser considerada particularmente vulnerável a inundações; pastores indigentes podem ser vulneráveis à elevação nos preços dos alimentos, com alta dependência do mercado e renda baixa e instável; os agricultores sem irrigação que vivem em áreas marginais podem ser vulneráveis à má distribuição das chuvas devido aos meios de produção, nível de pobreza e acesso precário a fontes alternativas de renda.

#### 3.5 2º passo: previsão do risco

Aqui trata-se de avaliar o risco relativo de uma comunidade (seja qual for a unidade analítica) passar de uma fase a outra pior durante o período de validade da análise. Geralmente, se refere a passar de uma fase não crítica (fase 1 ou 2) para uma fase de crise (3, 4 ou 5) ou de uma fase crítica para uma pior. Já que é possível pular fases, deve-se pensar também sobre o possível impacto do perigo. Por exemplo, uma comunidade pode pular da fase 1 para a fase 5



se houver um desastre como um terremoto, resultando na destruição de bens e deslocamento para longe dos meios de subsistência.

Então, a primeira coisa é verificar a probabilidade relativa do perigo ocorrer durante o período da análise. Para perigos relativos a variações climáticas (secas e inundações), os panoramas climáticos nacionais e regionais podem ser um guia precoce para a próxima estação, embora muitas vezes sejam inexatos. Outros indicadores precoce incluem a data de início da estação em comparação com o desempenho normal e precoce. No caso de inundações, a causa pode ser a precipitação em outra região ou país, como as inundações no sul da Somália provocadas por chuvas na Etiópia.

Já que o provável impacto depende da vulnerabilidade ao perigo, os elementos de resiliência são importantes: capacidade de absorver o choque mediante adaptação ou adoção de estratégias de subsistência alternativas. A magnitude também é importante em termos de número de pessoas e proporção da comunidade que seria afetada pelo perigo. A combinação desses fatores deve dar uma idéia sobre a probabilidade de um perigo, se ocorrer, empurrar a comunidade para uma fase mais séria devido à sua vulnerabilidade ao perigo e capacidade de se adaptar, junto com o possível grau de deterioração da segurança alimentar.

Se o quadro sugere que o choque pode ser sério, a fase final de risco baseia-se na probabilidade relativa de ocorrência do evento (alta, moderada ou grave). Ver exemplo na Figura 3.3.

## MÓDULO 4

## **4 MÓDULO 4: O JOGO DOS NÚMEROS – ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO EM CADA FASE**

### **4.1 Objetivo do Módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo**

- **Objetivo:** ajudá-lo a estimar a população afetada por diferentes graus de severidade de insegurança alimentar.
- **Você poderá:**
  - Preparar uma tabela demográfica e estimar a população em cada fase.
  - Justificar seu julgamento sobre a magnitude de um problema de segurança alimentar.
  - Distinguir entre estimativas da população que enfrenta insegurança alimentar e estimativas dos beneficiários, em geral calculadas para intervenções específicas, como ajuda alimentar.

### **4.2 Elementos necessários:**

- √ Reunir as pessoas certas: é importante obter consenso técnico ao estimar a população. Deve-se tomar cuidado para evitar que os participantes vejam este exercício como meio direto de calcular o número de beneficiários, embora isso possa ser feito como um aspecto importante da análise da resposta e planejamento;
- √ Dados do país com um nível apropriado de desagregação da população, e classificação da riqueza ou meio similar para estimar a vulnerabilidade com base nos bens ou pobreza; outros dados dependendo do perigo (por exemplo, população que vive em áreas inundáveis).
- √ Seção 5.3 do Manual técnico: *Tabelas demográficas* (ver Figura 4.1)
- √ Legenda dos atributos definidores (nova versão) dos protocolos cartográficos (figura 4.2)

### **4.3 Antes de começar...**

Em qualquer análise, é importante incluir a severidade da situação (classificação da fase), a extensão geográfica e escala em termos de número de pessoas, além de outras coisas como causas. Tratamos das duas primeiras nos 3 primeiros módulos como parte do processo de classificação da fase. É realmente importante estimar a escala da situação (especialmente nas fases de crise) para transmitir às autoridades a gravidade da situação e a escala da resposta necessária.

Esta parte do processo IPC pode ser bem difícil, tanto tecnicamente quanto, mais importante, em resultado da possível influência de elementos que podem querer que a situação seja vista como melhor ou pior do que é. Um dos motivos é o fato de as avaliações convencionalmente combinarem análise da situação com planejamento da resposta, particularmente com a estimativa da população carente (em geral ajuda alimentar, sementes e ferramentas ou outros tipos de assistência). O planejamento da resposta quase sempre é mais político que a análise da situação, já que a alocação de recursos é parte central. Assim, é vitalmente importante esclarecer bem umas coisas para fazer uma estimativa da população livre desse tipo de influência e manter a qualidade objetiva da análise da situação.

### **BOX 1: Estimar que população e com que objetivo? Um esclarecimento**

O IPC é usado para preparar uma análise da situação que deve ser tão objetiva e transparente quanto possível. Ao estimar uma população estamos interessados no número de pessoas em cada fase crítica (3, 4 ou 5). Isso significa que, quando uma área é classificada numa fase, estimamos o número de habitantes de uma área geográfica que estão em cada fase, porque sabemos que nem todos serão afetados pelo perigo da mesma maneira: alguns estarão numa fase menos severa, e outros até podem se beneficiar da situação. Ao fazer isso, fornecemos às autoridades um quadro, não só da fase geral de uma área ou ZS, mas também da profundidade e severidade do problema em termos de segurança alimentar. ***Essa estimativa é feita sem qualquer julgamento das possíveis necessidades ou opções de resposta nessa etapa.*** Não iniciar uma análise da resposta ou planejamento ajuda a manter a objetividade da análise da situação. As estimativas da população são apresentadas de duas maneiras no mapa: primeiro, o número de pessoas na área em crise que estão na fase (classificada como) mais severa é indicado no topo do box de legenda; segundo, a percentagem da população em cada fase é indicada pelo diagrama de barras ao lado do box. Ver exemplo na Figura 4.3.

Não há uma maneira estabelecida de se fazer uma estimativa de população e é preciso que os países desenvolvam seus próprios métodos que sigam os mesmos princípios gerais. É importante desenvolver um método que permita estimar a população do mesmo modo ao longo do tempo (isto é, em futuros ciclos de análise) e espaço. Isso significa que as estimativas serão sempre feitas do mesmo modo e o processo será comunicado aos usuários de maneira transparente.

#### ***Princípios gerais para estimar uma população:***

1. A população deve ser estimada sem qualquer julgamento sobre o tipo de assistência de que as pessoas possam necessitar.
2. A população é estimada em termos do grau de severidade da insegurança alimentar que ela está experimentando.
3. Dentro de uma fase crítica, haverá pessoas afetadas em maior ou menor grau; portanto, nem toda a população que vive numa área em crise enfrentará o mesmo grau de insegurança alimentar. Daí que algumas pessoas podem estar experimentando um nível de 'crise humanitária' de insegurança alimentar numa área classificada como fase 4, mas outras podem estar enfrentando fases menos severas – isso nos permite desenhar o diagrama de barras ao lado do box (figura 4.3).
4. De modo a diferenciar entre esses grupos e estimar as proporções da população, precisamos de informação sobre a vulnerabilidade das pessoas na área. Pode ser um indicador indireto, como a classificação de riqueza ou nível de pobreza (supondo que os pobres sejam mais vulneráveis aos perigos).
5. A diferenciação entre grupos dentro de cada fase depende de vários elementos, incluindo o grau de homogeneidade dentro da área ou ZS, e o efeito do perigo: em alguns casos, como um terremoto, toda a população no epicentro pode ser afetada.
6. As estimativas de população são estimativas, não cifras exatas. Proporcionam uma indicação da magnitude da insegurança alimentar para as autoridades, mas em geral não são suficientemente exatas para preparar ou direcionar respostas, o que pode exigir avaliações mais detalhadas.<sup>4</sup>

---

<sup>4</sup> Esses princípios refletem o pensamento atual sobre estimativa da população. Esta área do IPC está sendo considerada prioritária para grupos regionais e mundiais examinarem e possivelmente revisarem.

## BOX 2

Deve-se enfatizar que é importante desenvolver uma boa análise do choque e vulnerabilidade dentro da área/ZS, em vez de mecanicamente estimar a população com base somente nos grupos de renda ou níveis de pobreza. Também é importante explicar sua metodologia para que outros possam entender a base de suas estimativas, o que é essencial para manter a credibilidade da análise da situação. Lembre-se que, embora esteja estimando a população em cada fase, algumas pessoas pensarão em termos de beneficiários; assim, é importante explicar bem a estimativa da população.

### 4.4 **1º passo: Estimar a População em cada Fase.**

A primeira coisa é organizar os dados demográficos da maneira mais apropriada tendo em vista o quadro de análise. Em geral isso é bem direto, se a análise está sendo feita com base nas zonas administrativas, pois a maioria dos dados demográficos segue essa divisão. Se estiver lidando com uma zona de subsistência, porém, talvez seja preciso calcular ou estimar a população dessa zona. Do mesmo modo, será preciso estimar a população especificamente ameaçada por um perigo como inundação com base no lugar em que vivem e sua proximidade das áreas inundáveis.

A próxima etapa consiste em examinar os dados de saúde ou pobreza que mais se relacionam, na medida do possível, com os dados demográficos e a unidade de análise. Seu conhecimento da área, dinâmica de subsistência e vulnerabilidade será essencial para fazer um julgamento do número de pessoas em cada fase. Em termos gerais, se uma área/ZS foi classificada como emergência humanitária, os grupos 'pobres' (e 'muito pobres') estariam incluídos na fase 4. Se não há dados sobre os grupos de renda, a maioria dos países tem dados sobre pobreza que também podem ajudar: as pessoas que ganham menos de um dólar por dia geralmente são equivalentes a pobres ou muito pobres nos enfoques de classificação pela renda. Os grupos de renda média, ou população de pobreza relativa (pesquisas da pobreza) podem ser classificadas na fase 3 dependendo de uma boa análise do perigo e possível impacto sobre esses grupos; e os 'ricos' ou 'não pobres' podem ficar na fase 1 ou 2. Esse tipo de análise permitirá estimar as proporções da população de uma área que ficarão em cada fase, que poderão ser relacionadas ao número real de pessoas:

$D1 * X1 * X2 =$  número total de pessoas afetadas por fase na área geral,

onde:

D1 = Distrito (ou área administrativa equivalente);

X1 = percentagem da população na zona de subsistência ou outra unidade analítica (por exemplo, áreas inundáveis);

X2 = Percentagem de pobres (grupo de renda ou pesquisa da pobreza) que vivem na ZS ou outra unidade analítica.

Outro desdobramento seria verificar se todo ou uma parte de um grupo de renda ou pobreza está na mesma fase. Por exemplo, num perigo de seca, se as chuvas foram boas numa área, a população estimada numa fase de crise pode excluir essa área. Isso acrescentaria outro 'X' à fórmula:

$D1 * X1 * X2 * X3 =$  número total de pessoas afetadas por fase na área geral,

onde:

X3 = percentagem de pobres numa fase de crise (isto é, excluindo a percentagem de pobres que não foram considerados em crise pela análise, por exemplo, devido à distribuição de chuvas)

Se houver mais de uma zona de subsistência num distrito, deve-se repetir o processo para as outras zonas e somar as cifras. O Anexo 3 inclui um exemplo de estimativa de população pela FSAU.

#### **4.5 2º passo: Validação e revisão pelos pares**

Já que esta é uma parte importante da análise que pode ser contenciosa, é importante reunir as pessoas certas para discutir e chegar a um consenso sobre as estimativas de população. Sugerimos que as estimativas de população sejam apresentadas de maneira facilmente compreensível (usando as tabelas demográficas do Manual técnico) ao grupo mais amplo.

Durante a revisão pelos pares (ver *Módulo 7*) quando a análise é examinada por toda a equipe (e, se possível, por um grupo de 'peritos externos'), deve-se dar atenção especial às estimativas de população em cada fase.

A última coisa a ser feita quando se obtém consenso é preparar o diagrama de barras e inserir as estimativas nos protocolos demográficos.

## MÓDULO 5

## 5 MÓDULO 5: ANÁLISE DO IMPACTO E O QUE FAZER

### 5.1 **Objetivo do Módulo e o que você poderá fazer depois de completá-lo**

- **Objetivo:** ajudá-lo a analisar o impacto de um perigo sobre a subsistência dos habitantes, identificando as causas imediatas e subjacentes e descrevendo algumas opções de resposta.
- **Você poderá:**
  - Preencher a parte 2 da planilha de análise, incluindo análise do impacto e causas imediatas de um perigo e possíveis respostas para atender as necessidades imediatas;
  - Preencher a parte 3 da planilha de análise, incluindo análise do impacto e causas subjacentes de um perigo e possíveis respostas para atender algumas questões subjacentes.

### 5.2 **Elementos necessários:**

- √ Partes 2 e 3 da planilha de análise (ver Figuras 5.1 e 5.2)
- √ Seus dados e a planilha de análise preenchida
- √ Indicadores de subsistência e conhecimento local dos sistemas e estratégias de subsistência

### 5.3 **Antes de começar...**

As partes 2 e 3 da planilha de análise completam a análise da situação com um exame detalhado dos possíveis impactos e causas da segurança alimentar e primeiros passos na análise da resposta examinando as possíveis respostas apropriadas.

Deve-se assinalar que há uma distinção entre análise e planejamento da resposta. A análise da resposta é uma análise das respostas possíveis com base na análise da situação, sem considerar os recursos, capacidade local ou aspectos políticos – nesse sentido, é *pensamento criativo* e deve ser feito por analistas da segurança alimentar, com alguns insumos do pessoal operacional. O planejamento da resposta é um processo pelo qual as respostas são desenvolvidas como um plano operacional e, portanto, as questões relativas a recursos e capacidade são tão importantes quanto a adequação da resposta; além disso, é um processo inerentemente político, pois envolve a alocação de recursos (veja o continuum análise-resposta, Figura B.1 na *Introdução* deste guia).

É por este último motivo que o IPC se detém na análise do impacto, já que o processo de planejamento da resposta tem mais probabilidade de influenciar a análise da situação – fazer com que a situação pareça pior ou melhor do que é na realidade; ou direcionar as autoridades para um tipo de intervenção que possa ser adequado ao mandato de uma organização ou imperativo político. Na medida do possível, precisamos isolar nossa análise da situação desses tipos de pressões a fim de fornecer às autoridades uma análise equilibrada, objetiva e transparente, e manter a credibilidade.

Dito isto, obviamente é muito importante fazer a ligação entre a análise da situação e a resposta aplicada, e é isso que fazemos com as partes 2 e 3 da planilha. Deve-se também assinalar que muitas vezes essa parte do processo é deixada de lado ou feita de maneira precária. As avaliações podem produzir boas análises da situação e o governo e as organizações podem usar a informação para formular respostas baseadas ‘no que sempre fizeram’ ou em sua vantagem comparativa ou capacidade, **em vez de** baseada numa análise das necessidades. Essa parte da análise IPC é sua oportunidade de identificar as causas e



necessidades (imediatas e subjacentes) e recomendar o que *deve* ser feito, em vez do que habitualmente é feito.

#### 5.4 **1º passo: Preencher a Parte 2 da planilha de análise**

A Parte 2 divide-se em duas seções: análise e ação. É óbvio que a parte da análise deve ser preenchida primeiro e a seção referente à ação se baseará na análise.

##### **Análise:**

Alguns componentes da análise dessa planilha podem ser extraídos diretamente da Parte 1, incluindo a primeira coluna que serve meramente para registrar a classificação da fase. A segunda coluna lista os perigos diretos, que podem ser obtidos na análise de risco feita na Parte 1 (*ver também o Módulo 3*). A próxima coluna examina o *efeito* do perigo sobre as estratégias de subsistência na área da análise, com um foco na perda de bens de subsistência ou acesso a eles, como produção, renda, acesso a terras e pastagens, acesso a instalações de saúde, etc. Observe que se trata aqui do efeito do perigo sobre a subsistência e não uma declaração geral sobre os capitais de subsistência, devendo incluir também a reação das pessoas.

#### **BOX 1: Concentrar-se na perda de bens de subsistência ou no acesso a eles**

Por exemplo, se a produção é pequena, as pessoas podem ajustar suas estratégias de subsistência (ao menos temporariamente) procurando trabalho não agrícola ou pequenas atividades comerciais. Neste caso são úteis as informações sobre estratégias de adaptação.

A estimativa da população afetada pelo perigo (ou cada perigo se houver mais de um) deve ser incluída na próxima coluna. O trabalho feito para estimar a população afetada por uma fase crítica será útil aqui, mas é preciso realizar mais análises de cada perigo se houver múltiplos perigos. Finalmente, a tendência projetada de cada perigo completa esta seção da planilha (melhoria, sem alteração, piora, sinais discrepantes). Aqui é útil indicar o ritmo da variação, bem como a direção; por exemplo, 'piora rápida' transmite um sentido de urgência que ficará faltando se disser apenas que a situação está piorando. As mensagens irregulares referem-se a situações em que os sinais não são claros ou são contraditórios.

##### **Ação:**

A primeira coluna orienta as ações em termos de monitoramento dos fatores de risco. Trata-se de eventos que, se acontecerem, agravariam a situação. Por exemplo, retorno dos refugiados após a estação de plantio; ou níveis críticos de água num rio com ameaça de inundação; ou barreiras nas estradas que restringem o acesso aos mercados; ou chuvas num momento crucial do cultivo da lavoura, etc. A coluna seguinte requer um bom nível de análise da situação para identificar respostas apropriadas que possam melhorar o acesso *imediato* aos alimentos. A análise deve levar em consideração o seguinte:

- **Causas e necessidades imediatas:** trata-se da primeira consideração para elaborar opções de resposta que abordem as causas e necessidades imediatas.
- **Função do mercado:** Em geral, é melhor evitar a distorção ou enfraquecimento dos mercados, embora a estabilização possa ser uma opção envolvendo relações diretas com os mercados, especialmente para manter as relações de troca dos grupos vulneráveis. Se os mercados estão funcionando bem e os alimentos estão disponíveis, geralmente é melhor recomendar uma resposta baseada em recursos financeiros em vez de alimentos para não distorcer ou enfraquecer os mercados e produtores; se a

- disponibilidade de alimentos for um problema, uma resposta baseada em recursos financeiros pode provocar inflação local, distorcendo os mercados;
- **Características da subsistência predominante:** qual seria a resposta apropriada que ajudaria a proteger ou recompor os bens de subsistência?
  - **Etapa no ciclo da crise:** talvez sejam necessárias diferentes respostas no início, meio e fim de uma crise, como redução de rebanhos como resposta inicial e reposição como intervenção de recuperação.
  - **Respostas existentes:** evitar a duplicação, mas identificar lacunas na cobertura geográfica e setores
  - **Prioridades locais:** quais as prioridades das famílias e comunidades e das entidades locais (especialmente governo)?

As ações devem ser discutidas com o grupo mais amplo que está fazendo a análise durante o processo de revisão pelos pares, e, na medida do possível, organizadas num quadro de resposta nacional. Reiterando: trata-se de uma análise que identifica as respostas mais apropriadas, com base na análise da situação. Não representa um plano de resposta em que seriam considerados os recursos, capacidade, logística e outros elementos.

Um exemplo do Quênia (Figura 5.3) mostra como a Parte 2 da planilha descreve uma emergência humanitária entre pessoas deslocadas pela violência após as eleições no início de 2008.

### 5.5 **2º passo: Preencher a parte 3 da planilha**

A Parte 3 da planilha é similar à Parte 2 que acabou de ser preenchida, mas se concentra nas causas subjacentes da insegurança alimentar. Também tem duas seções: análise e ação.

#### **Análise:**

Como no 1º passo, a primeira coluna serve apenas para registrar a fase da área/ZS. A segunda coluna examina as causas subjacentes da insegurança alimentar: variação climática; exclusão política; marginalização econômica; degradação ambiental; etc. Na terceira coluna deve-se incluir a declaração resumida do impacto das causas subjacentes sobre cada um dos capitais de subsistência. A planilha tem seis capitais, em vez dos cinco mais convencionais: ‘Capital político local’ é o sexto. Dependendo do contexto do país, o capital político pode ser considerado separadamente (se for particularmente importante) ou integrado ao Capital Social. A quarta coluna indica a direção da mudança, como na parte 2.

#### **Ação:**

Semelhante à parte 2, mas deve-se identificar ações e intervenções que abordem as causas subjacentes incluídas na seção de análise. Em muitos casos, será o mesmo assunto ou setor das partes 2 e 3, mas as opções de resposta provavelmente serão diferentes. Por exemplo, uma grave escassez de água pode ter causas imediatas e subjacentes. A causa imediata pode ser uma avaria no poço. A resposta imediata pode ser o conserto da bomba (se for fácil) ou um caminhão-pipa. A causa subjacente pode ser a manutenção precária do poço ou um número insuficiente de poços na área, em cujo caso a ação recomendada pode ser estabelecer comitês de gestão da água, ou furar mais poços na área.

**BOX 2: Evitar listas de recomendações**

Não é preciso fazer recomendações para todas as causas – talvez não haja uma medida óbvia a ser tomada, ou a recomendação pode ser tão geral que talvez não seja útil. Geralmente é melhor evitar ‘listas’ de recomendações e examinar as ações prioritárias que têm probabilidade de ser aplicadas.

Este exemplo é simples, e provavelmente você encontrará causas imediatas e remotas muito mais complexas. Por exemplo, no sul do Sudão as altas taxas de nutrição parecem ter sido causadas por um conjunto complexo de fatores, incluindo higiene, água de má qualidade, falta de acesso a instalações de saúde e cuidados precários. A ação imediata pode ser fornecer alimentação suplementar a crianças desnutridas para salvar vidas, mas isso evidentemente não resolverá o problema subjacente que exigirá um enfoque multissetorial de longo prazo.

Voltando ao exemplo do Quênia usado acima, vamos ver como a Parte 3 foi preenchida.

## MÓDULO 6

## **6 MÓDULO 6: ELABORAÇÃO DO MAPA – INFORMAÇÃO PARA O TÉCNICO EM GIS**

### **6.1 Objetivo do Módulo e o que você poderá fazer quando completá-lo**

- **Objetivo:** ajudá-lo a determinar a informação a ser fornecida ao técnico em GIS para que este elabore um mapa padrão IPC.
- **Você poderá:**
  - Reunir toda a informação para um mapa IPC;
  - Preencher os boxes de legenda para áreas em crise (ou, se quiser, sem crise).

### **6.2 Elementos necessários:**

- √ Partes 1, 2 e 3 das planilhas de análise preenchidas
- √ Os protocolos cartográficos (revisados) do Manual Técnico (Seção 5.2)
- √ Shapefiles (dados geoespaciais) das áreas/ZS de análise
- √ Um técnico em GIS

### **6.3 Antes de começar...**

O mapa IPC é uma ferramenta importante, pois é a primeira coisa que todos veem. É cuidadosamente elaborado para mostrar com clareza informação complexa para diferentes públicos. Para autoridades com pouco tempo para ler, o mapa é um meio eficiente de mostrar a distribuição espacial das diferentes fases e o risco de que uma fase passe a uma situação mais séria. Estas pessoas podem deter-se um pouco mais e observar estimativas demográficas, a tendência projetada e, possivelmente, as causas imediatas e subjacentes. No caso de pessoas com maior formação técnica, como gestores e planejadores operacionais, seria de esperar um exame mais detalhado, e os boxes de legenda provavelmente seriam analisados em conjunto com as fases e o risco. A mídia e o público em geral ficariam confusos ou não se interessariam pelos detalhes, razão por que vale a pena considerar um mapa simplificado, sem os boxes de legenda e, talvez, sem a análise de risco.

O mapa tem-se mostrado muito eficaz como meio de transmitir as mensagens principais de uma análise IPC, mas revela limitações inerentes. Em primeiro lugar, é muito difícil representar uma população móvel em um mapa estático, de modo que, onde ocorrem movimentos populacionais significativos, não há como indicá-los no mapa IPC. Também é difícil representar pequenos focos de uma fase, como é o caso de refugiados em emergência humanitária espalhados por uma área em que, de outra forma, exista segurança alimentar geral (podem estar vivendo com famílias do lugar). Isto pode ser representado por pontos vermelhos (ou outra cor) em cima da outra fase, mas à primeira vista pode ser confundido com o nível de alerta/vigilância do risco (pontos pretos).

Evidentemente, o mapa, por si só, transmite bem as mensagens principais, mas deve ser combinado com uma descrição narrativa das diferentes fases, que forneça mais explicações. As declarações também podem mostrar às autoridades situações 'ocultas', que talvez não se revelem muito claras no mapa. Por exemplo: se os índices de desnutrição são altos (digamos, Fase 4), mas todos os demais indicadores de resultado mostram uma situação boa (digamos, Fase 2), então a convergência geral de evidências levará a classificar a área como Fase 2. Contudo, índices de desnutrição inaceitavelmente elevados deveriam ser destacados na declaração como questão a ser tratada, e você talvez disponha de evidências para explicar por que os índices são altos e o que se deveria fazer no prazo imediato e mais longo.

### **6.4 1º passo: Classificação da fase da análise espacial (ZS, zona administrativa, etc.) junto com a análise do risco**

O primeiro passo consiste em simplesmente fornecer as classificações de fase e análise de risco ao técnico em GIS. Contudo, para representar espacialmente as suas fases, o técnico de GIS necessita dos shapefiles disponíveis para a sua área geográfica ou zona de subsistência (ZS). Se você estiver fazendo a análise por área administrativa não haverá problema, já que na maioria dos países haverá arquivos digitalizados de unidades administrativas sub-regionais em nível localizado. Se você estiver fazendo sua classificação por ZS ou outras áreas geográficas (tais como áreas ribeirinhas baixas no caso de enchentes), poderá haver problema quando você chegar ao mapeamento, a menos que os shapefiles estejam disponíveis para essas unidades. Uma solução comum consiste em vincular sua área de análise ao nível administrativo mais baixo. Assim, por exemplo, uma subsistência que seja predominante na unidade administrativa mais baixa pode ser considerada como toda aquela zona de subsistência e pode ser vinculada a outras unidades administrativas que também tenham a mesma ZS para obter zonas de subsistência maiores, que se estendem por unidade administrativas maiores ou mais altas quando combinadas. Isto pode exigir bastante trabalho e, se possível, deveria ser feito antes da análise IPC.

Além das fases e do risco, você precisa fornecer informação sobre a tendência projetada (melhoria, agravamento, sem alteração ou sinais contraditórios) que poderia extrair das Partes 2 e 3 da planilha de análise, e indicar se a área foi submetida a uma fase de crise sustentada por mais de três anos (isto será indicado por uma orla púrpura no mapa). Também deveriam ser indicados os locais de concentrações de refugiados e sua fase, de modo que o mapa inclua um círculo com a cor da fase no local do acampamento. Outras questões locais talvez devam ser também explicadas, como o caso em que grupos de refugiados estão espalhados por uma comunidade que os recebeu.

#### **6.5 2º passo: Elaborar boxes de legenda para as fases de emergência (3-5) ou outras fases que você deseja destacar [inclui estimativas demográficas e diagrama de barras]**

Os boxes de legenda seguem a legenda de atributos definidores (ver figura 6.1) e têm sido usados convencionalmente para fornecer mais detalhes sobre áreas que estão em crise (fase 3, 4 ou 5). Porém, não há razão para que você não prepare boxes para fases sem crise, especialmente se você quer chamar a atenção das autoridades para uma área ou questão específica.

Os boxes de legenda incluem informação sobre **estimativas da população** na fase, que você pode extrair das tabelas demográficas. Isto é representado por um número (fonte pequena para zero a 100.000 pessoas afetadas; fonte média para 101.000 a 500.000; e fonte grande para mais de 500.000 pessoas); e por um gráfico de barras indicando a proporção de população em cada fase dentro da fase geral (ver mais detalhes no *Módulo 4*).

**Os critérios para focalização social** são codificados, mediante o uso de I, II, III, etc., para referir-se se à unidade de focalização recomendada. O padrão para isto é I=subsistência; II=grupo de renda; e III=gênero; estes padrões podem ser alterados, dependendo do seu contexto e de sua análise do problema de segurança alimentar.<sup>5</sup> O importante aqui é transmitir às autoridades a melhor maneira de focalizar recursos no grupo populacional mais afetado, de modo a assegurar que recursos limitados exerçam máximo impacto. Você terá que informar ao técnico de GIS quais são os seus critérios, para que ele possa alterar a caixa de atributos definidores conforme do necessário.

---

<sup>5</sup> Os critérios de focalização social proporcionam amplas orientações para as autoridades. Talvez sejam necessárias outras avaliações para obter um perfil mais detalhado dos diferentes grupos e definir os critérios de focalização, especialmente se houver múltiplas respostas.

**As causas imediatas e subjacentes principais** devem estar disponíveis nas partes 2 e 3 das planilhas de análise. Elas estão codificadas alfabeticamente e também neste caso podem ser ajustadas para ajustar-se ao seu contexto: você precisa dizer ao técnico GIS quais são os códigos que deseja usar para cada causa, para que ele possa alterar a caixa de atributos.

**A recorrência da crise nos últimos dez anos** é útil para indicar a frequência de crises na área da análise, o que fornece uma indicação da exposição da área ao risco e a provável situação de subsistência; de modo geral, seria de esperar uma subsistência em estado mais precário com freqüentes exposições ao perigo. A frequência da crise nos últimos dez anos pode ser baixa (1-2 anos), moderada (3-4 anos) ou alta (mais de cinco anos). Com o tempo, você pode usar a definição de 'crise' no sentido IPC, ou seja, fase 3,4 ou 5. Se você está introduzindo agora o IPC no seu país, terá que usar descrições anteriores da área em avaliações prévias que correspondem aproximadamente às fases do IPC.

**O nível de confiança da análise** deve ter sido julgado como parte do exercício de classificação da fase. Consulte a matriz de resumo que você preparou no *Módulo 2* (Figura 2.3) para ajudá-lo na classificação.

#### **6.6 3º passo: Escolher um título para o mapa, incluindo o período de validade**

Em geral, o período de validade é o que se situa entre a análise e a próxima grande estação agrícola, mas poderia ser um período menor, dependendo do tipo de perigo. Por exemplo: é possível que um perigo de inundação afete a subsistência apenas por um curto período, como ocorreria no caso de uma zoonose, se forem tomadas providências. Em situações de conflito, talvez seja necessário atualizar produtos IPC com mais frequência, caso em que a validade da análise pode ser bem curta. A regra prática consiste em decidir sobre o período de validade antes de você começar a fazer a análise, com base no seu grau de confiança de que ela ainda será válida depois de certo tempo. O título do mapa é um meio de comunicar o que você está procurando explicar: pode ser uma análise de segurança alimentar geral de um país, a focalização de um perigo ou, talvez, uma perspectiva de meia-estação com ênfase no risco.

## MÓDULO 7



## **7 MÓDULO 7: COMO SABER SE VOCÊ ACERTOU? REVISÃO PELOS PARES**

### **7.1 Objetivo do Módulo e o que você poderá fazer quando completá-lo**

- **Objetivo:** Proporcionar orientação sobre o processo de revisão pelos pares e sua importância para manter o rigor, objetividade e credibilidade da análise.
- **Você poderá:**
  - Organizar um processo de revisão pelos pares
  - Finalizar a análise IPC com confiança

### **7.2 Elementos necessários:**

- √ Partes 1, 2 e 3 da planilha preenchidas
- √ Mapa IPC provisório, incluindo análise dos riscos
- √ Reunir as pessoas certas
- √ Um grupo independente, se possível

### **7.3 Descrição geral**

O IPC incentiva o debate acerca da análise e classificação da segurança alimentar e requer a formação de consenso entre os principais atores antes do produto final. Esse processo aumenta o vigor da análise final (já que todos concordam), aumenta o nível de transparência (pois as pessoas são incentivadas a examinar as evidências) e geralmente aumenta a credibilidade de todo o exercício. O formato geral da revisão pelos pares é que cada unidade de análise (usualmente formada por um pequeno grupo) apresente suas conclusões ao grupo mais amplo.

Um processo de revisão pelos pares se parece um pouco com um tribunal: a análise é apresentada ao tribunal e exposta a exame e críticas construtivas. A pessoa que apresenta a análise deve defender sua posição por meio das evidências nas planilhas. Se o tribunal decide que as evidências não passam pelo exame crítico, o grupo que preparou a análise deve reexaminar suas evidências e possivelmente fazer alterações na classificação da fase ou outra parte da análise. Se forem introduzidas alterações, é importante haver outra revisão para obter um consenso final.

É importante dispor de um mapa provisório para esse processo, pois será possível detectar discrepâncias óbvias entre as análises feitas pelos diferentes grupos. Em geral isso pode ser visto ao longo de uma fronteira administrativa, quando se espera que a fase seja a mesma em ambos os lados. Às vezes, o que parece uma aberração está correto e pode ser explicado. Por exemplo, o mapa à direita ilustra duas fases diferentes atribuídas a cada lado de uma fronteira administrativa, o que à primeira vista parece errado. Quando a revisão pelos pares detectou isso e indagou aos dois grupos de análise, constatou-se que a fronteira administrativa seguia um rio que separava duas zonas de subsistência distintas – pastoreio e agricultura marginal – e que as condições estavam afetando as duas ZS de maneira diferente. Assim, neste caso, a revisão pelos pares detectou uma possível anomalia, mas os analistas explicaram sua posição e não foi feita nenhuma alteração.

Deve ter ficado óbvia a importância de reunir as pessoas certas para a revisão pelos pares. Se a análise está sendo feita no âmbito nacional, é normal que o grupo que preparou a análise (provavelmente a equipe técnica) faça a revisão. Se o sistema for mais descentralizado, é uma boa ideia ter uma série de revisões pelos pares: no âmbito subnacional a que se refere a classificação; num âmbito subnacional mais alto, reunindo mais de uma análise; e no âmbito nacional quando todo o país está sendo examinado. Não importa o número de revisões pelos pares, deve-se considerar o estabelecimento de um 'grupo independente' composto de peritos

em segurança alimentar – de preferência com experiência em IPC – que não tenham participado do processo de análise. Isso nem sempre é possível, e não é uma exigência, apenas a “cereja do bolo” e uma maneira de aumentar a credibilidade do exercício.

#### **7.4 1º passo: Revisar a classificação da fase para diferentes áreas ou zonas de subsistência em seu país (ou parte do país)**

Como já mencionamos, isso normalmente é feito mediante uma série de apresentações dos grupos que fizeram a análise ao grupo mais amplo, intercaladas com análises críticas. Se for preciso efetuar um exame das evidências e introduzir alterações, estas devem ser reexaminadas (provavelmente todas as alterações juntas no final da revisão) para obter consenso.

#### **7.5 2º passo: Finalizar a revisão e preparar o mapa final e declaração resumida**

Uma vez que a revisão chegou a um acordo quanto à análise e às alterações necessárias, a versão final do mapa deve ser mostrada ao grupo para finalizar o processo. Neste ponto os grupos menores também podem finalizar os boxes de legenda (ver o Módulo 6) e redigir as declarações de cada fase.

#### **7.6 3º passo: Divulgar os resultados**

Uma vez concluído o processo de revisão pelos pares, você está pronto para combinar os mapas e declarações num relatório ou boletim e apresentá-lo à comunidade de segurança alimentar. Tenha em mente que, para fins de transparência, você deve divulgar suas planilhas de análise à comunidade. Você pode colocá-las num site ou distribuí-las por email ou CD.

#### **Alguns lembretes:**

- Estabelecer uma regra básica de que as críticas devem ser construtivas e não degenerar em discussões negativas ou ataques pessoais – o clima pode ser exaltado, mas sempre profissional.
- Assegurar que todos tenham acesso às evidências apresentadas – para economizar papel e dinheiro, pode projetar as planilhas numa tela ou parede.
- Assegurar a obtenção de consenso acerca dos resultados finais e autorização do grupo para divulgar as conclusões à comunidade e ao público em geral.

## MÓDULO 8

## 8 **MÓDULO 8: COMO ESTABELECEER UM IPC EM SEU PAÍS**

### 8.1 **Objetivo do Módulo e o que você poderá fazer quando completá-lo**

- **Objetivo:** Fornecer alguma orientação e experiência de outros países que o ajudará a estabelecer e lançar um IPC em seu país de forma sustentável.
- **Você será capaz de:**
  - Identificar a instituição mais apropriada para o IPC e requisitos de informação de segurança alimentar conexos.
  - Desenvolver um processo e plano de trabalho que o ajudará a realizar a primeira rodada de análise IPC, e estabelecer as metas para ciclos futuros.
  - Desenvolver planos para fortalecer a capacidade no âmbito nacional e subnacional, e para descentralização conforme necessário.

### 8.2 **Elementos necessários:**

- √ **Princípios Operacionais:** A parceria global IPC (FAO, FEWS NET, WFP, CARE, SCUK e OXFAM do Reino Unido) reuniu um conjunto de princípios a fim de proporcionar alguma orientação sobre a criação e funcionamento de um sistema IPC num país. Evidentemente, não existem regras, mas um útil conjunto de princípios a serem pensados e aplicados quando for estabelecer um IPC em seu país. Os princípios estão listados no box 1.

**BOX 1: Esboço dos princípios de trabalho para operação num país no contexto de um enfoque comum interinstitucional (para um sistema IPC completo)**

1. O IPC deve ser um processo de consenso facilitado por um grupo de trabalho interinstitucional amplo, incluindo governo e partes interessadas
2. Todos os esforços devem ser envidados para envolver e fortalecer a capacidade do governo, promover apropriação e fortalecer o processo institucional
3. Calendário da análise ligado a estações ou eventos cruciais que afetam a situação da segurança alimentar. O ponto de entrada pode ser um evento de planejamento de várias instituições.
4. Compromisso dos membros do grupo de trabalho interinstitucional com um processo plurianual.
5. Demanda do governo para iniciar um processo de IPC.
6. O IPC pode ser iniciado independentemente da disponibilidade de dados. A análise da situação inicial será útil e melhorará conforme o processo avançar.
7. Qualquer dado utilizado deve conter classificação de confiança.
8. O processo do IPC deve compreender um mecanismo para formar um compromisso institucional do governo.
9. Transparência de resultados divulgados ao público de maneira oportuna.
10. A análise IPC seria feita com neutralidade técnica através de uma ampla participação no grupo interinstitucional e através de um processo transparente de formação de consenso, assegurando que os membros do grupo participem em sua capacidade técnica.
11. O IPC está sujeito a uma revisão externa pelos pares para verificar a qualidade e manter os padrões do IPC.
12. O processo deve ser utilizado para o aprendizado de lições e melhoria da ferramenta IPC.

- √ **Mapeamento de instituições:** Em geral, o IPC deve ser estabelecido dentro de instituições de segurança alimentar ou mecanismos de coordenação existentes. É bastante útil ter analisado e mapeado as várias instituições relevantes à segurança alimentar e suas relações em fluxos de informação antes de decidir o local para o sistema IPC.

### **8.3 Antes de começar...**

É realmente importante começar com o pé direito quando se inicia o IPC (assim como com outros projetos) porque depois pode levar muito tempo e esforço para corrigir erros iniciais. Embora não haja uma forma certa de iniciar um processo IPC, algumas experiências de outros países que podem ser úteis foram incluídas neste módulo. Como princípio geral, o IPC deve ser visto como um acréscimo aos sistemas de análise da segurança alimentar e coordenação existentes e não como algo que vai substituir um sistema que já está funcionando ou que exija comitês adicionais.

### **8.4 1º passo: Um lugar para o seu IPC – Considerações institucionais**

#### **8.4.1 Encontrar um lugar para o IPC: mapeamento institucional**

Assim como encontrar um lar para você, é importante fazer um exame antes de decidir a instituição que vai abrigar o IPC. O mapeamento é uma forma útil de exame: listar todas as instituições que estão de alguma forma envolvidas na segurança alimentar, dentro e fora do governo, e entender as relações entre elas é o primeiro passo. Uma análise dos mecanismos de coordenação da segurança alimentar em seu país também é importante, já que tendem a abranger múltiplas instituições. Assim como as inter-relações entre as instituições, também é útil mapear os fluxos de informação: isso é importante para entender a maneira na qual a informação de segurança alimentar é disponibilizada e utilizada por autoridades para que o IPC possa ser colocado em uma boa posição para a execução de ações. Como princípio geral, é melhor colocar o IPC num mecanismo de coordenação em funcionamento do que começar novos grupos, embora às vezes seja necessário um grupo de trabalho subordinado a um grupo existente para iniciar o processo. Por exemplo, em Uganda o IPC foi estabelecido primeiro no Gabinete do Primeiro-Ministro, que administra o “Agrupamento de Segurança Alimentar e Subsistência Agrícola,” co-presidido pela FAO e WFP, mas considerou-se necessário formar um Grupo Técnico de Trabalho IPC menor e mais especializado dentro do agrupamento para ajudar a estabelecer o IPC.

#### **8.4.2 Conseguir aceitação e adesão: conscientização, importância da liderança e apropriação pelo governo nacional**

Uma vez que tiver resolvido onde o IPC deve ser estabelecido, você terá muito trabalho a fazer para conscientizar as pessoas certas dentro e fora do governo para que entendam o que é o IPC. Primeiro, geralmente é necessário que as partes relevantes do governo endossem o uso do IPC em seu país. Isso normalmente caberia ao presidente do mecanismo de coordenação de segurança alimentar, em geral dentro do Gabinete do Presidente ou Primeiro Ministro, órgão do governo que geralmente coordena a segurança alimentar no país. Uma alternativa pode ser o Ministério da Agricultura, que é útil se esse nível do governo já foi exposto ao IPC em outro país ou como parte de um evento de treinamento regional. Alternativamente, pode ser uma boa ideia trazer um especialista de outro país que esteja utilizando o IPC para começar o processo de conscientização. Tenha em mente que, embora o IPC seja aplicado por pessoal de nível técnico no governo e outras instituições, seus supervisores normalmente tomam as decisões. É essencial que a alta administração também compreenda o IPC para que possam apoiar seus funcionários de nível técnico envolvidos na aplicação, e também estar numa melhor posição para tomar decisões bem informadas com base nos produtos IPC.

#### **8.4.3 Reunir as pessoas certas**

Ao fazer uma análise da segurança alimentar e desenvolver uma classificação de fases IPC, é importante reunir as pessoas certas. Novamente, não existe regra, mas experiências de outros países sugerem que o forte compromisso forma ministérios setoriais junto com a ONU e ONGs importantes em um ambiente múltiplo onde todos podem se expressar. De uma perspectiva técnica, você deve ter uma ampla gama de especialidades, incluindo nutrição, saúde, água,

agricultura, gado e educação, assim como pessoal geral de segurança alimentar. Em termos de instituições do governo, seria normal ter funcionários técnicos dos ministérios responsáveis por esses setores, junto com a autoridade coordenadora (Presidente ou primeiro-ministro). Tenha em mente que os ministérios são tipicamente divididos em departamentos e que pode ser importante incluir funcionários de cada um deles: por exemplo, o departamento de nutrição assim como um departamento de saúde mais geral do MS; produção de gado assim como serviços veterinários do Ministério da Pecuária e Agricultura. As agências da ONU normalmente incluiriam WFP (escritório VAM, se tiver um), FAO, UNICEF, OMS e possivelmente PNUD. É importante assegurar também a participação de ONGs importantes, especialmente aquelas com bom conhecimento nas áreas críticas e/ou experiência em um setor como a nutrição. Exemplos incluiriam a Oxfam, Save the Children, MSF family, VSF family, CARE etc. O movimento da Cruz Vermelha e Crescente Vermelho e projetos técnicos como o FEWS NET também seriam importantes. Lembre-se que, junto com os dados e informações que as agências trazem para análise, e respectiva contribuição técnica, é também vital ter uma ampla gama de partes interessadas para conseguir consenso sobre os resultados. Isso ajuda a manter a credibilidade do IPC, especialmente nos ciclos iniciais de análise.

## **8.5 2º passo: Aprender utilizando o IPC no seu país com seus dados**

**8.5.1 Uso do IPC como parte dos processos de avaliação e análise.** Conforme mencionado anteriormente, é importante ter certeza de que todos os envolvidos entendem que o IPC é um adendo aos sistemas de análise e coleta de dados de segurança alimentar que já estão estabelecidos em seu país. Geralmente, realiza-se algum tipo coleta e avaliação de dados e análise no âmbito nacional após cada temporada agrícola, às quais o IPC pode ser um acréscimo útil. Pode ser necessário incluir outras fontes de dados além das que são normalmente usadas antes da aplicação do IPC (o IPC busca integrar diferentes informações na análise), mas normalmente estão disponíveis sem ter que coletar dados especificamente para o IPC.

### **8.5.2 Aprender com o processo**

A melhor forma de aprender a fazer uma análise IPC é realizar o processo com dados das fontes de seu próprio país e com os seus colegas. É aconselhável ter um praticante de IPC para guiar a equipe do seu país por todo o processo, pelo menos da primeira vez, e sugere-se que você realize um seminário de lições aprendidas após o evento para examinar o processo e começar a planejar o próximo ciclo.

### **8.5.3 Questões dos dados: mapeamento e meta-análise de dados.**

Uma preocupação comum que as pessoas têm quando iniciam um sistema IPC é a ‘falta de dados’. É possível fazer uma classificação com base na disponibilidade subótima de dados, mas obviamente quanto melhores seus dados (seja em termos de quantidade ou de qualidade), maior será sua confiança no resultado. Conforme mencionado acima, o IPC tenta integrar diferentes fontes de dados em uma análise geral da segurança alimentar, e isso muitas vezes significa procurar dados e informações que não fazem parte do processo normal de avaliação e análise. Se, por exemplo, sua avaliação tende a se basear na produção da lavoura, você agora incluirá preços, nutrição, água e outros dados em sua análise. Isso pode ser um pouco assustador, mas um processo de mapeamento de dados muitas vezes resultará na revelação de dados que você não sabia que existiam. O mapeamento de dados é o processo de listar os dados necessários e as fontes dos dados, expandindo a lista para incluir acesso, confiabilidade, formato, etc. A matriz seguinte é um exemplo de um exercício de mapeamento de dados no Quênia.

Havendo identificado as fontes dos dados, deve ser possível planejar a coleta de dados antes de uma avaliação da segurança alimentar e evento IPC e, portanto, reduzir a quantidade de dados que precisam ser coletados no trabalho de campo. Fazer uma ‘meta-análise de dados’ – uma revisão das fontes de dados e identificação de lacunas importantes – muito antes de um exercício de campo pode ajudar a focar a coleta de dados nas lacunas importantes e verificar alguns dados existentes.

## **8.6 3º passo: Fortalecimento da Capacidade e Descentralização**

### **8.6.1 Formar uma equipe nacional IPC.**

Mesmo se você pretende ter um sistema descentralizado de análise da segurança alimentar, faz sentido começar formando uma equipe IPC forte no âmbito nacional. Isso pode levar dois ou três ciclos de avaliação, análise e classificação IPC antes da sua equipe nacional estar totalmente familiarizada com a ferramenta e estar confiante para manusear os dados e fazer classificações. Em um país que tem duas temporadas (e duas oportunidades de completar um IPC), leva cerca de 1 ½ a 2 anos para completar essa formação de capacidade no nível nacional. Isso pode parecer muito tempo, mas esse período também dará à comunidade de segurança alimentar em seu país tempo para se acostumar com o mapeamento do IPC e apreciar seu valor agregado através da experiência direta.

Em termos de treinamento, você terá grupos diferentes de pessoas que exigem tipos diferentes de formação da capacidade dependendo de seus papéis. Conforme mencionado acima, seu grupo principal para capacitação prática completa será pessoal de nível técnico em ministérios setoriais do governo e parceiros internacionais participantes. Esses praticantes normalmente farão parte do seu grupo técnico de trabalho, ou grupo de tarefa similar. Mas lembre-se de que todo esse pessoal de nível técnico tem chefes que estão tomando as decisões e precisam ser informados sobre o IPC num nível mais superficial “de conscientização”. Para seu grupo técnico primordial, é útil fazer uma pequena **avaliação de capacidade e exercício de necessidades de treinamento**, que oferece informação sobre os níveis diferenciais de seu grupo em competência técnica, e sugerirá as necessidades de treinamento para que todos fiquem no mesmo nível em termos de segurança alimentar geral. É claro que seu grupo terá especialistas em algumas áreas, como nutrição ou subsistência, e será um recurso muito útil para o grupo como um todo.

A experiência em outros países sugere que seu grupo técnico pode não ter o mesmo entendimento ou percepções dos conceitos básicos de segurança alimentar, subsistências, nutrição, risco, vulnerabilidade e resiliência, particularmente as interligações entre os diferentes conceitos. Por exemplo, um especialista em saúde pode ver a nutrição de um ponto de vista da doença (alguém fica doente e se torna desnutrido); enquanto um perito agrícola tenderia a ver a nutrição de uma perspectiva de disponibilidade de alimentos (não produziu alimento suficiente, então passou fome e ficou desnutrido); e um economista pode ver isso de um ângulo do acesso aos alimentos (não tem dinheiro suficiente para comprar comida, então passou fome e ficou desnutrido). Todas essas perspectivas são com certeza totalmente razoáveis e válidas, mas o que estamos tentando fazer é integrar as diferentes perspectivas em um entendimento holístico da segurança alimentar. Certamente, vale a pena considerar um curso básico ou fundamental sobre segurança alimentar, nutrição e subsistências para seu grupo técnico, antes de começar o treinamento IPC detalhado.

### **8.6.2 Formação de Capacidade IPC: Treinamento dos Treinadores**

A melhor forma de aprender sobre o IPC é seguir o processo com alguma orientação de um praticante experiente. Utilizar os dados provenientes dos seus processos usuais de avaliação e análise é a maneira óbvia, mas pode haver outras maneiras como a utilização de dados secundários que podem estar disponíveis em ministérios setoriais e outros parceiros. Geralmente, seu grupo técnico essencial deve ser capaz de fazer a análise IPC e depois ensinar aos outros, talvez em níveis descentralizados. Então, é importante que seu grupo técnico passe por todo o processo: inserção de dados nas planilhas, classificação de fases, estimativa da população em cada fase, análise de risco, análise de resposta, preparação de declarações e boxes de legenda, informação para o mapeamento e finalmente o processo de revisão pelos pares. Somente depois de passar pelo exercício completo 2 ou três vezes é que as pessoas poderão treinar outras.

### 8.6.3 Questões de Descentralização

Há um movimento geral no sentido de descentralizar a avaliação e análise da segurança alimentar (e IPC) para níveis administrativos subnacionais em prol da formação de capacidade, conhecimento local e eficácia em função do custo. Não há motivo pelo qual a descentralização não deve ser feita com relação ao IPC, mas há uma série de questões que precisam ser consideradas.

- ◆ **Formação de Capacidade:** a descentralização significa um grande volume de trabalho durante ao menos 2 anos para que os agentes no âmbito subnacional tenham o nível de capacidade necessário para fazer a análise da segurança alimentar e IPC de forma confiante. Por sua vez, isso significa que sua equipe técnica essencial foi totalmente treinada e tem tempo para se dedicar ao treinamento de praticantes subnacionais.
- ◆ **Recursos:** no longo prazo, a operação dos sistemas descentralizados tende a ser menos onerosa se forem centralizados, especialmente se as avaliações de campo constituem parte importante da coleta de dados. Contudo, o investimento de tempo e fundos para formar a capacidade exigida é considerável, e precisa ser assegurado antes de iniciar qualquer processo descentralizado.
- ◆ **Rigor, objetividade e credibilidade:** Manter o rigor analítico e técnico e a objetividade na análise da situação é talvez a questão mais desafiadora em termos de descentralização, e isso é crucial para a credibilidade do sistema geral. É razoável esperar que as pressões para distorcer a análise da situação serão tanto maiores quanto mais você se aproximar dos potenciais beneficiários da ajuda. Por mais explicações que você possa dar, as pessoas continuam achando que a classificação de fases e as estimativas de população afetam diretamente seu acesso à ajuda. Em alguns países, isso faz o jogo das práticas estabelecidas de clientelismo político, e assim o potencial de interferência tem interesses econômicos e políticos e pode, de fato, ficar bastante complicado. A transparência das planilhas de análise é um fator importante para manter a objetividade da classificação de fases, tanto para que o pessoal técnico possa defender sua posição, como para disponibilizar os dados à comunidade humanitária e de segurança alimentar mais ampla. Contudo, as planilhas podem ser alteradas, e talvez a melhor forma de manter a objetividade e a credibilidade seja um processo bem estabelecido de revisão pelos pares no âmbito subnacional e nacional (veja o *Módulo 7: Como saber se você acertou: o processo de revisão pelos pares*). Lembre-se de que as reputações levam tempo para se formar, mas podem ser destruídas rapidamente: toda a análise IPC em seu país pode perder a credibilidade muito rapidamente se a objetividade for afetada por influências políticas ou econômicas.



## Anexo 3

### **Método da FSAU para calcular estimativas da população nas fases CAAS e EH**

O cálculo da população estimada em CAAS e EH é a etapa final do processo de análise IPC para a FSAU. Como a FSAU aplica um enfoque de subsistência à análise da segurança alimentar, as fases do IPC são determinadas pelo grupo de subsistência e renda, por exemplo, se o grupo pobre no grupo de subsistência A está na fase CAAS ou EH. A identificação das fases CAAS e EH por grupo de subsistência e renda segue o processo IPC de compilação e análise de todas as evidências diretas e indiretas relacionadas com os resultados de referência, e uma convergência de evidências para determinar a fase. A análise da subsistência básica com base na renda, acesso a alimentos, gastos e adaptação das famílias, combinada com a análise da nutrição baseada na subsistência, permite que a FSAU determine em que fase específica se encontra o grupo de subsistência e renda (isto é, CAAS ou EH).

A FSAU somente calcula estimativas de população nas fases de CAAS e EH.

Há duas etapas no cálculo da população estimada nas duas fases: determinação da percentagem de um grupo em CAAS e EH; fórmula de cálculo para agregar até o nível distrital as estimativas da população total em CAAS e EH. Adiante apresenta-se um resumo delas.

1. **Primeira etapa: Determinação da percentagem da população do grupo de renda na fase específica (por exemplo, estão classificados em CAAS todos os pobres ou somente alguns?)**

A FSAU diferencia os grupos rurais de subsistência em quatro parcelas percentuais para cada um dos três grupos de renda (pobres, médios e em melhor situação). A FSAU possui amplas informações sobre as referências da subsistência rural (isto é, bens, renda, acesso a alimentos, adaptação, etc.); portanto, cada grupo é dividido em quatro percentagens: 25/ 50/75/100%. A FSAU possui menos informação e análise sobre populações urbanas; portanto, menos diferenciação é permitida e somente duas percentagens são aplicadas: 50/100% do grupo.

Para determinar se todo o grupo ou somente uma parte está numa fase, utilizam-se quatro fatores:

- a) Grau de homogeneidade dentro do grupo: ou grau de diferenciação dentro de um grupo em termos de acesso a renda, alimentos e estratégias de adaptação. Todas as famílias do grupo pobre estão no mesmo nível de pobreza em termos de acesso a alimentos e renda ou há ampla variação entre os mais e menos pobres? Quanto mais homogêneo for o grupo, maior a probabilidade de o choque afetar todas as pessoas desse grupo.
- b) Severidade e magnitude do choque e número de choques: por exemplo, perda completa da colheita (15% da MPG) ou perda parcial da colheita (80% da MPG). Perda da colheita, combinada com hiperinflação nos preços dos alimentos e perda de oportunidades de trabalho devido ao conflito.
- c) A fase e a percentagem do grupo numa fase em períodos anteriores. A escolha da percentagem leva em consideração a análise anterior, sua confirmação e continuidade no período anterior. Por exemplo, se nos seis meses anteriores 50% dos pobres foram

identificados como CAAS, e isso foi confirmado, então a decisão quanto ao impacto do choque atual leva em consideração o ponto de partida no período anterior, isto é, 50% dos pobres em CAAS.

d) Regras de lógica aplicadas – o processo segue certas regras lógicas, algumas óbvias e outras nem tanto.

- Algumas regras têm a ver com a demografia e riqueza. Por exemplo, as pessoas não podem ser classificadas como EH antes de passar por CAAS. Os pobres geralmente são os primeiros afetados e os ricos os últimos, exceto nos desastres naturais (por exemplo, furacão), que não dependem da riqueza da família e sua capacidade de adaptação. Por exemplo, não faz sentido haver 50% da classe média em CAAS e nenhum pobre em CAAS ou EH.
- Outras regras se referem à cronologia: o analista deve comparar a percentagem de pessoas afetadas com a análise anterior; o resultado seria questionável se houver uma percentagem menor, mas a situação tiver piorado.

Portanto, o analista deve decidir a percentagem do grupo em CAAS ou EH, depois de analisar o grau de homogeneidade do grupo, a severidade e magnitude dos choques e os efeitos sobre os resultados de referência e a percentagem confirmada no período anterior. Finalmente, regras básicas de lógica são aplicadas para assegurar continuidade e consistência.

## 2. Segunda etapa: juntar todas as peças num cálculo matemático

Eis um exemplo simplificado do cálculo do número de pessoas em CAAS num distrito com duas zonas de subsistência (LZ1 e LZ2) e um grupo (pobres):

$$(D1 * X1 * X2 * X3) + (D1 * Y1 * Y2 * Y3) = \text{número total de pessoas do distrito em CAAS}$$

onde:

D1 = população do distrito (do PNUD)

X1 = percentagem da população da LZ1 (estabelecida pela FSAU)

X2 = percentagem do grupo pobre na LZ1 (da referência)

X3 = percentagem do grupo pobre da LZ1 em CAAS (da análise)

Y1 = percentagem da população da LZ2 (estabelecida pela FSAU)

Y2 = percentagem do grupo pobre da LZ2 (da referência)

Y3 = percentagem do grupo pobre da LZ2 em CAAS (da análise)

## Anexo 1: Tipos e fonte de dados

### Tabela 1: Exemplo de tipos e fontes relevantes de dados para a parte 1 da planilha de análise: análise da fase atual ou iminente

#### Resultados de referência

#### Evidências diretas e indiretas para a fase num certo período

##### *Taxa bruta de mortalidade*

**Evidência direta:** dados de mortalidade bruta, ou número de mortes por 10.000 pessoas por dia em toda a população da área da análise.

**Fonte:** Ministério da Saúde; pesquisa recente DHS

**Evidência indireta:** informação indicativa sobre mortalidade bruta ou taxa de mortalidade de menores de cinco anos dos sistemas de informação de saúde; instalações de saúde; ou centros de alimentação suplementar/terapêutica

##### *Desnutrição aguda*

**Evidência direta:** níveis reais de desnutrição aguda, medidos em peso/altura e expressados como z-scores da mediana. Por exemplo, taxa de desnutrição aguda global (DAG) de 12%, ou taxa de desnutrição aguda severa (DAS) de 2%.

**Fonte:** pesquisas de desnutrição realizadas recentemente pelo Ministério da Saúde; UNICEF; ONGs locais

**Evidência indireta:** dados sobre perímetro braquial ou outros dados indicativos dos postos de saúde, hospitais ou centros de alimentação.

##### *Desnutrição crônica*

**Evidência direta:** níveis reais de desnutrição crônica, ou retardo do crescimento, medidos em altura/idade e expressados como z-scores da mediana.

**Fonte:** pesquisas de desnutrição realizadas recentemente pelo Ministério da Saúde; UNICEF; ONGs locais

**Evidência indireta:** dados sobre altura/idade coletados localmente ou não oficialmente por instalações de saúde

##### *Doença*

**Evidência direta:** informação sobre endemias, epidemias ou pandemias de doenças como malária, diarreia aguda, meningite, etc.

**Fonte:** pesquisas de saúde realizadas recentemente pelo Ministério da Saúde; UNICEF; OMS; pesquisa DHS

**Evidência indireta:** informação sobre a disseminação da doença de instalações de saúde, dados de clínicas, etc.

##### *Diversidade alimentar*

**Evidência direta:** número de grupos de alimentos consumidos num período, como o método dos 12 grupos com um período recordatório de 7 dias ou método dos 16

grupos com período recordatório de 24 horas usado para calcular a diversidade alimentar da família.

**Fonte:** pesquisas realizadas por WFP, UNICEF, FAO, ONGs.

**Evidência indireta:** informação sobre variações no número de grupos de alimentos consumidos em comparação com normal, ou informação coletada informalmente por centros de saúde

#### *Acesso/disponibilidade de água*

**Evidência direta:** volume de água consumido por pessoa por dia, como 10 litros por pessoa por dia.

**Fonte:** pesquisas locais de ONGs, governo ou agências da ONU

**Evidência indireta:** informação sobre mudanças no acesso a água em comparação com a norma, distância percorrida para buscar água, etc.

#### *Indigência/deslocamento*

**Evidência:** informação sobre o grau de indigência/deslocamento: não importante; emergente/difuso; concentrado/aumentando; ou grande escala e concentrado.

**Fonte:** pesquisas domiciliares, registros dos campos, sistemas de monitoramento dos refugiados, informação local

#### *Acesso/disponibilidade de alimentos*

**Evidência direta:** quantidade de alimentos consumidos por pessoa por dia, medida em quilocalorias (como consumo diário de 2.100 Kcal por pessoa).

**Evidência indireta:** preços dos alimentos básicos, vendas no varejo, produção local ou nacional, nível de renda em diferentes zonas de subsistência, etc. Exemplos e fontes:

- *Acesso a alimentos:*
  - *Fontes de alimentos, especificamente variações em relação à norma (houve choques nas fontes normais de alimentos?)*
  - *Fontes de renda, especificamente variações no nível de renda gerada pelas fontes (houve choques nas fontes normais de renda?)*
  - *Despesas (que parte das despesas da família é dedicada à alimentação? A proporção de gastos com alimentos está aumentando? Diminuindo? Estável?)*
  - *Poder aquisitivo (as famílias têm dinheiro suficiente para comprar alimentos?)*
  - *Acesso Social (há barreiras sociais, culturais ou políticas que limitam o acesso das famílias às fontes de alimentos?)*

- Dados sobre subsistência das famílias, como análise da economia familiar, outras informações sobre subsistência, pesquisas de orçamento e consumo familiar, etc.

- Avaliações recentes da segurança alimentar que consideram variações nas fontes de alimentos e renda, padrões de despesa e mecanismos de adaptação.

- Preços atuais de alimentos e animais em comparação com a média e relações de troca, de FEWS NET, LEWS, WFP, Ministério da Agricultura, Pecuária ou Estatísticas, ONGs locais

- Avaliações da segurança alimentar de WFP (CFSVAs ou EFSAs), FAO, ONGs, organizações governamentais considerando vulnerabilidade, grupos marginalizados, etc.

- *Disponibilidade de alimentos*

- *Produção, especificamente variações na produção local ou nacional*
- *Linhas de abastecimento (houve choques no comércio de alimentos ou mercados?)*
- *Balanços de cereais*

- Avaliações recentes da colheita realizadas pela FAO (CFSAM), Ministério da Agricultura

- Índice pluviométrico, informação sobre vegetação e pastagens e outros dados de sensoriamento remoto da FAO GIEWS, FEWS NET, JRC, etc.

- Condições dos animais e doenças prevalentes, dos sistemas de monitoramento, Ministério da Pecuária, etc.

- Disponibilidade local dos comerciantes

- Fluxos comerciais em comparação com sistemas de monitoramento transfronteiriço como WFP, FEWS NET, ONGs locais e comerciantes

- Balanços de cereais da FAO e Ministério da Agricultura

#### *Segurança civil*

**Evidência:** nível da extensão e intensidade do conflito (disseminação limitada e baixa intensidade ou generalizado e alta intensidade); mortes por ano devidas ao conflito; interrupção das atividades de subsistência devida a insegurança (como extensão da desorganização do mercado ou acesso reduzido a terras agrícolas e pastagens).

**Fonte:** sistemas de monitoramento do conflito; pesquisas de mortalidade; descrições de informantes

#### *Adaptação*

**Evidência:** uso de estratégias de seguro, estratégias de crise ou estratégias de adaptação, mediante índice de estratégias de adaptação (CSI).

**Fonte:** pesquisa domiciliar do CSI desenvolvida por CARE e WFP; informação local de funcionários distritais ou ONGs sobre mudanças na estratégias de adaptação

#### *Questões estruturais*

**Evidência:** causas subjacentes da insegurança alimentar, como qualidade das estruturas de governança e infraestrutura; políticas comerciais; regulamentos; degradação ambiental; tendências demográficas; desigualdades baseadas no gênero ou etnia.

**Fontes:** análise da árvore de problemas de organizações humanitárias ou de desenvolvimento, índice de desenvolvimento humano, etc.

#### *Perigos*

**Evidência:** recorrência ou vulnerabilidade a perigos como secas, inundações, furacões, terremotos, choques de preços, mudanças nas políticas, conflito, etc.

**Fontes:** análise histórica da frequência e efeito

*Bens de subsistência (5 capitais)*

**Evidência:** uso ou dilapidação de capital humano (educação, saúde), capital financeiro (poupança, acesso a remessas), capital social (cooperação, emancipação da mulher), físico (infraestrutura, telecomunicações), capital político (representação, boa governança) e natural (pastagens, solos férteis, pesqueiros).

**Fontes:** pesquisas domiciliares ou pesquisas socioeconômicas nacionais usando metodologias como enfoque de subsistência sustentável (SLA). Informação sobre perda de bens fornecida por funcionários distritais, ONGs locais, informantes, etc.

**Tabela 2: Exemplo de tipos e fontes relevantes de dados para a parte 1 da planilha de análise: análise do risco de agravamento ou magnitude**

**Evidência do risco de agravamento ou magnitude** (listar perigos e indicadores de processo)

**Evidência:** qualquer informação sobre perigos, tendências ou condições que podem afetar a segurança alimentar nos próximos seis meses. Inclui as seguintes questões:

- Seca ou inundação durante a próxima estação chuvosa
- Tendências sazonais; está se aproximando a estação de fome ou colheita?
- Probabilidade de furacões durante a estação normal
- Tendências dos preços; os preços devem aumentar nos próximos meses devido a outros fatores (colheita fraca, aumento nos custos de transporte, etc.)
- Conflito; os níveis de conflito na área vão se manter ou aumentar?
- Disseminação de doenças; as atuais doenças animais ou pragas devem aumentar devido à falta de controle?

**Fontes:** relatórios de monitoramento da segurança alimentar, previsões do tempo, análises do mercado, etc., tais como:

- Previsões do tempo (ICPAC, National Meteorological Service, FEWS NET, GIEWS)
- Atualização e alertas de segurança alimentar da FEWS NET
- Informação sobre alerta precoce da FAO GIEWS
- Relatórios do mecanismo de monitoramento da segurança alimentar e boletins do mercado
- Atualizações das tendências humanitárias como disseminação do conflito mediante fontes apresentadas em ReliefWeb

## Anexo 2

### Glossário de Termos: Inglês - Português

#### INGLÊS

Access  
Accountability of analysis and response  
Acute Food and Livelihood Crisis  
Acute Food Crisis  
Acute Malnutrition  
Adaptability  
Analysis Templates  
Anthropometric thresholds  
Asset base  
Availability  
Basic survival levels  
Capacity  
Cartographic Protocols  
Chronic Food Insecurity  
Civil security  
Concentrated and increasing  
Confidence levels  
Convergence of evidence  
Coping strategies  
Coping Strategies Index (CSI)  
Crisis Strategies  
Crude Mortality Rate  
Current or Imminent Outcomes  
Destitution/Displacement  
Dietary Diversity  
Direct and Indirect Evidence  
Disease  
Displacement levels  
Distress strategies  
Donors  
Emergency  
Emerging and diffuse  
Entitlement theory  
Expenditure gaps  
Expenditure patterns  
Extreme Famine Conditions  
Famine  
Famine Magnitude Scale  
Famine/Humanitarian catastrophe  
Fatality rates

#### PORTUGUÊS

Acesso  
Responsabilidade pela análise e intervenção  
Crise aguda de alimentação e subsistência  
Crise alimentar aguda  
Desnutrição aguda  
Adaptabilidade  
Planilhas de análise  
Limites antropométricos  
Bens  
Disponibilidade  
Níveis básicos de sobrevivência  
Capacidade  
Protocolos cartográficos  
Insegurança alimentar crônica  
Segurança civil  
Concentrado e aumentando  
Níveis de confiança  
Convergência de provas  
Estratégias de adaptação  
Índice das estratégias de adaptação  
Estratégias de crise  
Taxa bruta de mortalidade  
Resultados atuais ou iminentes  
Indigência/deslocamento  
Diversidade alimentar  
Evidências diretas e indiretas  
Doença  
Níveis de deslocamento  
Estratégias de urgência  
Doadores  
Emergência  
Emergente e difuso  
Teoria dos direitos  
Déficit dos gastos  
Padrões de gasto  
Condições de fome extrema  
Fome  
Escala de magnitude da fome  
Fome/Catástrofe humanitária  
Taxa de letalidade



Food Access/ Availability	Acesso/disponibilidade de alimentos
Food Crisis Conditions	Condições de crise alimentar
Food gaps	Déficit alimentar
Food insecure	Insegurança alimentar
Food Insecurity Classification	Classificação da insegurança alimentar
Food Insecurity Conditions	Condições de insegurança alimentar
Food Security Conditions	Condições de segurança alimentar
Food security pillars	Pilares da segurança alimentar
Generally food secure	segurança alimentar geral
Hazards	Perigos
High Intensity Conflict	Conflito de alta intensidade
High Risk	Risco elevado
Hotspot	Zona sensível
Household dietary diversity	Diversidade alimentar das famílias
Household food access and availability	Acesso e disponibilidade de alimentos nas famílias
Household food consumption levels	Níveis de consumo alimentar das famílias
Household Food Insecurity Access Scale (HFIAS)	Escala de insegurança alimentar das famílias
Household food shortage	Escassez de alimentos na família
Humanitarian Emergency	Emergência humanitária
Implications for Action	Implicações para a ação
Insurance strategies	Estratégias de seguro
Inter-agency Response Analysis	Análise interinstitucional da resposta
IPC Reference Thresholds	Limites de referência do IPC
IPC statement	Declaração IPC
Key reference outcomes	Resultados de referência
Large scale and concentrated	Em grande escala e concentrado
Livelihood assets	Bens de subsistência
Livelihood capitals	Capitais de subsistência
Livelihood shocks	Choques sobre a subsistência
Livelihoods	Subsistência
Long-term Food Crisis	Crise alimentar de longo prazo
Low Intensity Conflict	Conflito de baixa intensidade
Low probability of hazards with low vulnerability	Baixa probabilidade de perigos com baixa vulnerabilidade
Magnitude	Magnitude
Mid-Upper Arm Circumference (MUAC) measurement	Medida do perímetro braquial
Mixed Signals of Indicators	Indicadores divergentes
Moderate Risk	Risco moderado
Moderately/borderline food insecure	Insegurança alimentar moderada/limitada
Multi-agency group	Grupo interinstitucional
Needs Analysis Framework	Quadro de análise das necessidades
No Alert	Sem alerta
No coping	Sem estratégias de adaptação
No more coping mechanisms	Sem mecanismos de adaptação
Normal/typical kcal intake	Consumo normal/típico de calorias

Opportunities for triangulation	Oportunidades de triangulação
Peer-review	Revisão pelos pares
Phase Classes	Classes de fases
Phase Classification	Classificação das fases
Population Tables	Tabelas demográficas
Poverty lines	Linhas de pobreza
Preserving productive assets	Preservação de bens produtivos
Prevalence thresholds	Limites de prevalência
Probability	Probabilidade
Projected trend	Tendência projetada
Recurrent hazards with high vulnerability	Perigos recorrentes com alta vulnerabilidade
Reduced food intake	Consumo reduzido de alimentos
Reference Hazards and vulnerabilities	Perigos e vulnerabilidades de referência
Reference Outcomes	Resultados de referência
Reference Table	Quadro de referência
Referenced Threshold	Limite de referência
Response analysis	Análise da resposta
Reversible coping	Adaptação reversível
Risk of Worsening Phase	Risco de agravamento
Sale of productive assets	Venda de bens produtivos
Severe Famine Conditions	Condições de fome grave
Severity	Severidade
Situation Analysis	Análise da situação
Staple foods	Alimentos básicos
starvation and death	Inanição e morte
Strategic Response Framework	Quadro estratégico de resposta
Structural Conditions	Condições estruturais
Stunting	Retardo de crescimento
Sustainable Livelihoods Approach	Enfoque de subsistência sustentável
Technical Consensus	Consenso técnico
Threatening future livelihood	Ameaça à subsistência futura
Warning	Alerta
Wasting	Desnutrição aguda
Watch	Vigilância
water access/availability	Acesso/disponibilidade de água